Fundado em 10 de novembro de 1985

PRIMEIRA PÁGINA

Nº 1525 | Palmas-TO, 19 a 25 de junho de 2023 | www.jornalprimeirapaginato.com

RSR COMUNICACAO TOCANTINS LTDA:28971575000170
Assinado de forma digital por RSR COMUNICACAO TOCANTINS LTDA:28971575000170
Dados: 2023.06.19 17:35:15 -03'00'

VIOLÊNCIA SEXUAL

TOCANTINS TEM MÉDIA DE DOIS CASOS DE ESTUPRO DE VULNERÁVEL POR DIA

Getty Images

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública estima que no Brasil um estupro acontece a cada oito minutos. No Tocantins, só nos seis primeiros meses de 2023, foram registrados 357 casos de estupro de vulnerável. Um número que pode estar subnotificado já que existem casos que não são denunciados. PÁG 03

RESTAURANTE POPULAR Pág. 04

Primeira Página

Longas filas se formam nos restaurantes credenciados.

Usuários reclamam de desorganização no almoço

Tem usuário que está ficando sem almoçar nos restaurantes que são conveniados para oferecer o prato feito ao custo de R$ 3,00. Como cada estabelecimento oferece uma determinada quantidade de refeições, tem gente reservando o prato e quem está na fila fica na incerteza se vai conseguir comer. Já a prefeitura diz que é proibido fazer reservas.

EDUCAÇÃO Pág. 02

Primeira Página

Escola Padre Luso Matos fica em Porto Nacional.

Pais de alunos questionam fechamento de escola

Pais de alunos que estudam na Escola Municipal Padre Luso Matos em Porto Nacional estão preocupados com o futuro dos estudantes. Os responsáveis contam que foram informados que a escola seria fechada, mas que não houve explicações sobre os motivos e principalmente sobre o que vai acontecer com a comunidade escolar.

ALIMENTAÇÃO Pág. 02

Cesta Básica em Palmas custou R$ 656,12 no mês de maio

O trabalhador de Palmas que recebe um salário mínimo por mês precisou trabalhar 14 dias para ter dinheiro suficiente para comprar a cesta básica de alimentos. Com o salário mínimo a R$ 1.320 o trabalhador precisou usar quase a metade só para se alimentar.

Novo site do jornal Primeira Página

Acesse aqui e veja como ficou mais fácil e moderno.

www.jornalprimeirapaginato.com

Veja aqui no QR CODE

BRONCA DA COMUNIDADE

Pais de alunos em Porto Nacional reclamam do fechamento de escola da cidade

RESPONSÁVEIS QUESTIONAM A FALTA DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÕES SOBRE O DESTINO DOS 173 ALUNOS QUE ESTUDAM NA INSTITUIÇÃO.

Redação / Primeira Página

Pais de alunos que estudam na Escola Municipal Padre Luso Matos em Porto Nacional estão preocupados com o futuro dos estudantes. Os responsáveis contam que foram informados que a escola seria fechada, mas que não houve explicações sobre os motivos e principalmente sobre o que vai acontecer com a comunidade escolar.

"Nós já estamos no meio do ano e do nada vem essa informação. Mudar de escola agora? Nessa altura do campeonato?", questiona José Silva, pai de uma das alunas da instituição.

"Nós queremos uma resposta. Vai fechar? Por qual motivo? Para onde meu filho vai? Ele ainda terá o direito de estudar perto de casa?", questiona uma mãe de um aluno que também frequenta a escola e prefere não se identificar.

> **"Nós já estamos no meio do ano e do nada vem essa informação. Mudar de escola agora? Nessa altura do campeonato? "**
>
> José Silva, pai

Os pais estão preocupados principalmente em relação a distribuição dos alunos para outras escolas. O principal receio é sobre a distância da nova instituição de ensino.

Divulgação

Escola Padre Luso Matos fica em Porto Nacional.

"Aqui tem gente que leva as crianças a pé, porque é perto de casa. Também vejo muitos pais de alunos que só tem a bicicleta como meio de transporte. Imagine se a distância for muito grande e esse pai ter que pedalar mais, debaixo do sol quente?", pontua.

Por causa da falta de informações alguns pais protocolaram na secretaria de educação de Porto Nacional um pedido de informações sobre o que deve acontecer.

"Hoje essa escola atende mais de 170 alunos. O que a gente sabe é que o prédio onde funciona a escola tem dívidas, mas não temos mais informações. Precisamos de uma resposta da prefeitura de Porto Nacional" afirma José.

Desde o início do mês o promotor de Justiça Luiz Francisco de Oliveira está acompanhando o caso. Já foi feito uma reunião com a secretária de educação do município. Também já foi solicitado da gestão municipal detalhes sobre os motivos que foram considerados para o fechamento da escola, sobre a destinação de alunos e servidores que atuam na instituição e sobre o processo de comunicação com os pais e responsáveis pela comunidade discente.

Diante de tantos questionamentos nós procuramos a secretaria de Educação de Porto Nacional e até o fechamento desta edição não houve resposta.

SALÁRIO MÍNIMO

Trabalhador precisou trabalhar 14 dias para comprar a cesta básica de alimentos

Redação Primeira Página

Tânia Rêgo / Agência Brasil

Preço da cesta básica em maio foi menor na comparação com o mês de abril.

A rotina do Flávio Machado não é fácil, durante o dia ele trabalha como atendente de farmácia. A noite tem aulas em uma faculdade onde cursa administração de empresas. Ele recebe por mês um salário mínimo e como vive sozinho precisa dar conta das despesas mensais.

"Felizmente eu não pago aluguel. Mas não dá pra dizer que é fácil viver com pouco mais de R$ 1.300. É sacrifício atrás de sacrifício e nem sempre o dinheiro consegue durar até o fim do mês", afirma.

Fábio também conta que sabe onde a maior parte do dinheiro é gasto: no supermercado. "Comprando comida, itens de higiene pessoal, material de limpeza e uma grande fatia do meu salário que vai embora a cada ida ao supermercado. Quando sobra, sobra muito pouco para lazer e outras atividades", pontua.

O que talvez o Fábio não saiba e que ele precisa trabalhar 14 dias para comprar a chamada Nesse valor segundo a pesquisa corresponde aos gastos alimentares básicos suficientes para um trabalhador adulto durante o período de um mês.

Assim como o Fábio, quem recebe o valor do salário mínimo de R$ 1.320 vai precisar trabalhar 118 horas e 54 minutos para conseguir comprar a cesta básica de alimentos. Considerando uma jornada de trabalho de 8 horas diárias, serão necessários quase 15 dias para conseguir dinheiro suficiente para a alimentação básica.

A pesquisa do IFTO também mostrou que houve uma redução no preço da cesta básica na comparação entre maio e abril. O trabalhador precisou desembolsar R$ 701,07 em abril, com uma diferença de R$ 44,95 em maio.

Cenário de Deflação

A pesquisa do IFTO apontou um cenário de deflação nível geral de preços dos alimentos que compõem a Cesta Básica em Palmas. Neste cenário a taxa de variação registrada foi de -6,41%, taxa bastante significante por tratar-se de período mensal. Mais que uma redução relevante, esta foi a maior taxa de variação no preço da Cesta Básica já registrada desde o início desta pesquisa em Palmas. Vale destacar que no mês anterior um pico nos preços do tomate havia pressionado para uma inflação recorde (5,04%). Contudo, e felizmente, os resultados do mês de maio reverteram com sobra o péssimo número do mês anterior.

Além da expressiva taxa deflacionária registrada em maio de 2023, outro fato bastante relevante verificado foi o baixo índice de difusão da inflação, que ficou em 16,7%. Dentre todos os produtos pesquisados apenas dois produtos, o açúcar (6,8%) e o pão francês (1,2%), apresentaram elevação nos preços. Ou seja, a grande maioria dos produtos que compõem o conjunto dos alimentos básicos passou por redução de seus preços naquele mês.

Neste cenário, o tomate, que em abril havia registrado a maior alta percentual dentre os produtos da Cesta (34,6%), no mês de maio demonstrou revés, com redução de 29,6% – confirmando ter se tratado de evento pontual o ocorrido no mês de abril.

Outros produtos que tiveram expressivas baixas em seus preços foram: óleo de soja, que apresentou redução de 7,2%; o feijão, com redução de 5,5%; o leite e o café, com taxas de -4,0% e -3,7%, respectivamente.

REGIÃO SUL DE PALMAS

Divulgação

"Cidade Blindada" é uma resposta da PM.

Operação para frear violência em Palmas prendeu 15 pessoas

Redação / Primeira Página

Desde o início do ano, Palmas tem sofrido com uma série de episódios envolvendo mortes violentas. Os registros de homicídios se multiplicaram e atingem principalmente a região sul de Palmas.

Já são mais de 80 mortes e um crescimento de mais de 240% na comparação com o mesmo período do ano passado. Em um dos casos mais recentes, um jovem de 17 anos foi morto em plena luz do dia no setor Santa Bárbara. Os crimes, em formato de execução, tem reforçado uma sensação de insegurança em quem vive nos bairros da região.

A Polícia Militar reconhece o problema que assola a região e é por isso que a operação Cidade blindada precisou ser deflagrada com o reforço do policiamento nas áreas do 1º e 6º Batalhões da PM.

A ação começou na semana passada e conta com reforço de efetivo policial militar a fim de executar ações de policiamento ostensivo especializado na repressão qualificada, mediante a realização de patrulhamentos, bloqueios e abordagens a pessoas e veículos em atitudes suspeitas, objetivando garantir a ordem pública e a paz social.

De acordo com o balanço parcial de resultados obtidos nos primeiros quatro dias de Operação, a Polícia Militar realizou 1.473 abordagens à veículos e 513 à pessoas. No total, 15 pessoas foram presas e um menor foi apreendido. Além disso, 840 gramas de entorpecentes e outros quatro pinos de cocaína foram apreendidos. Quatro armas de fogo também foram retiradas de circulação na região.

Em relação aos crimes de trânsito, três ocorrências foram registradas e 21 infrações foram flagradas, nove veículos foram removidos em 31 blitz/barreiras realizadas.

Além disso, cinco mandados de prisão foram executados e 11 TCO's foram lavrados.

EXPEDIENTE

PRIMEIRA PÁGINA
FUNDADO EM 1985

103 NORTE, RUA NO-01, LOTE 16 CEP: 77.001.016 - PALMAS/TO

Telefones
63 3223-8300 | 63 99224-7668

E-mails
redacao@primeirapagina-to.com.br
comercial@primeirapagina-to.com.br
diretoria@primeirapagina-to.com.br

Sandra Miranda
Fundadora e Editora Geral - DRT/TO - 132

Renata Miranda
Diretora

Rafael Miranda – Jornalista
Fabiana Nascimento – Social Midia
Pâmalla Cristina – Administrativo
Dilson Negreiros – Diagramador-DRT/TO-386

Website
@jprimeirapagina www.jornalprimeirapaginato.com
@primeirapaginatocantins @PrimeiraPagina2

VIOLÊNCIA SEXUAL

Tocantins tem média de dois casos de estupro de vulnerável por dia

SÓ EM 2023 MAIS DE 357 CASOS FORAM REGISTRADOS NO ESTADO. COM TANTOS REGISTROS O NÚMERO DE PRISÕES TAMBÉM É ALTO, MAS POR FALTA DE DENÚNCIAS OS NÚMEROS PODEM ESTAR SUBNOTIFICADOS.

Redação / Primeira Página

Marcelo Camargo / Agência Brasil

Tocantins registrou 357 casos de estupro de vulnerável.

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública estima que no Brasil um estupro acontece a cada oito minutos. No Tocantins, só nos seis primeiros meses de 2023, foram registrados 357 casos de estupro de vulnerável. O crime é previsto no código penal e engloba menores de 14 anos.

"É preciso ficar claro que na legislação brasileira não é permitido nenhum tipo de contato sexual com menores de 14 anos. Não existe consentimento antes dos 14 anos. Mas o crime de estupro de vulnerável também diz respeito a qualquer ato libidinoso praticado contra uma pessoa que não tenha condições de se defender. É o caso de pessoas doentes, com deficiência ou que por algum motivo estão sem suas faculdades mentais preservadas", afirma a advogada Marcela Costa.

No Tocantins a frequência de casos de estupro de vulneráveis tem chamado a atenção das autoridades. Um dos casos mais recentes aconteceu com uma menina de 12 anos. A adolescente que vive em Piraquê saiu de casa sozinha para participar da Expoara em Araguaína. Lá um homem que se apresentou como segurança da festa, a teria embebedado e a estuprado. A jovem foi encontrada no parque de exposições deitada em uma rede.

No mesmo fim de semana da Expoara, em Natividade, na região sudeste do Tocantins, uma mulher de 19 anos foi vítima de um estupro coletivo. O crime foi cometido por três homens em um hotel que fica na BR-010. Os criminosos têm 39, 20 e 18 anos, mas não tiveram os nomes divulgados.

É preciso ficar claro que na legislação brasileira não é permitido nenhum tipo de contato sexual com menores de 14 anos.

Foram os funcionários do hotel que desconfiaram que algo estava errado. Eles perceberam que os três homens foram para o quarto carregando uma mulher que estava desorientada e com a locomoção comprometida. Quando a equipe do hotel ouviu gritos vindos do quarto, a polícia foi acionada. Os policiais entraram no quarto e encontraram um dos suspeitos tendo relações sexuais com a vítima.

Eles foram presos em flagrante e a mulher precisou ser levada para o hospital. Ela contou aos policiais que a última lembrança que ela tinha era da noite anterior, quando estava em uma festa na cidade de São Valério.

Em Xambioá na região norte do Tocantins, uma adolescente de 17 anos foi encontrada caída e desacordada em rua da cidade. A jovem foi vítima de um homem que a violentou. No local onde ela estava foi encontrado uma pequena quantidade de sangue.

O suspeito desse crime também foi preso, antes ele foi espancado por moradores da cidade. A população espancou o suspeito como punição pela prática da violência contra a jovem desacordada.

"Todos esses crimes mostram como a mulher está em posição mais frágil da sociedade. Apesar de termos leis, ainda assim temos homens que não se intimidam por elas e tratam a mulher como um objeto criado para satisfazer seus desejos. Nessa dinâmica de opressão nem mesmo as crianças estão a salvo", pontua Clara Figueiredo, pesquisadora de estudos de gênero.

Veja aqui no QR CODE

Prisões de estupradores são frequentes no Tocantins

Entre janeiro e junho de 2022 e o mesmo período em 2023 os casos de estupro de vulneráveis ficaram estáveis. No ano passado foram 361 registros contra 357 deste ano. Pela quantidade de casos, o número de prisões também é alto.

"Apesar de vermos na mídia muitas notícias sobre prisão de estupradores, a sociedade não pode ignorar que muitos casos de estupro podem estar subnotificados. Por isso a importância de denunciar para a polícia", alerta a advogada Marcela Costa.

Só nessa primeira quinzena de junho diversos suspeitos foram presos no Tocantins, as prisões mostram que não existe um perfil exato de quem comete esse crime, o que se pode atestar é que a maioria é formada por homens, mas as idades são variadas.

Divulgação

Apesar das prisões, casos podem estar subnotificados.

É o caso, por exemplo, de um homem de 26 anos que foi preso pela Polícia Civil no dia 12 de junho. Ele era contratado pelo município de Taguatinga para a realização do transporte dos alunos residentes na zona rural e aproveitou a situação para estuprar uma aluna de 13 anos de idade.

Também foi preso em palmas um homem de 65 anos, foragido da justiça do mato grosso. Ele é acusado pela prática de estupro de vulneráveis, tendo como vítimas, meninas entre 10 e 12 anos. Os crimes teriam sido cometidos na cidade de São Félix.

Hoje o Código Penal define como crimes contra a dignidade sexual os casos de estupro e assédio. Para estupro de vulnerável, a pena prevista é de 8 a 15 anos de prisão, sem considerar outros agravantes previstos em lei.

"Os agravantes podem se apresentar da seguinte forma, quando o estupro causa uma lesão corporal grave na vítima. Algo que gere incapacidade ou risco de morte. Nesses casos a pena pode chegar a 20 anos de prisão. Agora se o estupro causar a morte da vítima a pena pode variar entre 12 e 30 anos de reclusão", afirma a advogada.

CIDADES COM MAIS REGISTROS DE ESTUPRO DE VULNERÁVEL

2022 (Janeiro a junho)	
1	Palmas
2	Araguaína
3	Porto Nacional
4	Gurupi
5	Paraíso do Tocantins
2023 (Janeiro a junho)	
1	Palmas
2	Araguaína
3	Porto Nacional
4	Araguatins
5	Gurupi

Vítima de estupro precisa de atendimento médico de urgência

Olhando o estupro como um problema de saúde pública, o primeiro passo é garantir que a vítima tenha acesso imediato a um atendimento de saúde. A Secretaria Estadual de Saúde (SES) promove esse atendimento de forma gratuita para qualquer vítima de estupro, independente do sexo e idade.

Esse acolhimento é realizado no SAVIS - Serviço de Atenção Especializada às Pessoas em Situação de Violência Sexual, que em Palmas funciona no Hospital e Maternidade Dona Regina, 24h por dia e não é necessário que a vítima seja encaminhada, sendo considerada uma unidade hospitalar de portas abertas.

No Savis são atendidos abusos considerados agudos que chegam até 72 horas após o ato e abusos crônicos que chegam ao serviço após 72 horas. Nessas situações envolvendo estupros e outros tipos de violência sexual, um dos principais objetivos da SES é fornecer uma atenção integral e integrada de forma humanizada e segura, de acordo com o protocolo do Ministério da Saúde e evitando a revitimização.

O atendimento é multiprofissional, sendo composto por médicos, enfermeiros, psicólogos, assistente sociais, farmacêuticos e técnicos de enfermagem.

Divulgação

SAVIS funciona 24 horas no hospital Dona Regina.

Também é importante destacar que o sigilo profissional é garantido e existe o apoio com a equipe na parte ambulatorial de até seis meses constando exames, medicações, apoio psicológico, social, imunização e em casos de gravidez decorrente de estupro é feito a APL - o Aborto Previsto em Lei até a vigésima semana.

O paciente também pode entrar em contato pelo número 3218-7786.

Saúde mental não pode ser negligenciada após um episódio de violência sexual

Depressão, fobia, ansiedade. Esses são alguns dos quadros clínicos que vítimas de estupro podem desenvolver após o crime. O Sistema de Informações de Agravos de Notificação, o Sinan, aponta que 23,5% das pessoas que vivenciaram algum tipo de violência sexual também vão ter episódios de estresse pós-traumático.

Para a psicóloga Katherine Lima, a falta de um acompanhamento adequado pode gerar sequelas para o resto da vida. "Após uma violência tão devastadora a vítima vai se fechar e muitos vezes para um mundo muito sombrio. Ela vai estar vigilante o tempo todo, achando que qualquer pessoa que se aproximar vai lhe fazer mal, ela não vai conseguir relaxar e por isso não vai conseguir dormir e o medo vai estar sempre presente", afirma.

A especialista elenca que outros problemas também podem ser associados. "A vítima que não se trata não vai conseguir ter uma rotina funcional, não vai conseguir construir laços afetivos, não terá autoestima, o sentimento de culpa sempre estará presente" pontua.

A pesquisadora de estudos de gênero complementa informando que a cultura do estupro e tendência de culpar a vítima tendem a prejudicar ainda mais a recuperação dessa mulher ou criança que foi violentada.

"Sempre existiu uma tendência de colocar a culpa em que sofreu a violência. Esse movimento é tão perverso que quem foi estuprado pode até acreditar que sofreu a violência porque tinha bebido ou porque decidiu usar um tipo de roupa. Esse discurso não pode ser mais tolerado. A culpa nunca é da vítima", enfatiza.

Até mesmo essa sensação de culpa pode ser tratada com uma terapia especializada. "Nós não vivemos em um país seguro para as mulheres. Por isso é importante usar esse espaço para te aconselhar. Se você foi vítima de uma violência sexual procure por ajuda. Não tente segurar essa onda sozinha. Com terapia será possível ressignificar essa trauma para que ele não se transforme em fardo tão pesado que vai comprometer toda a sua vida", orienta Katherine.

RECLAMAÇÃO

Cedeca denuncia falta de estrutura no CRAS do Taquari

O Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – Cedeca Glória de Ivone, denuncia situação caótica do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) – Xerente, localizado no setor Jardim Taquari. O equipamento público enfrenta diversas carências, entre elas a falta de profissionais, a estrutura física sem manutenção, os serviços socioassistenciais que não funcionam e/ou funcionam parcialmente – um conjunto de irregularidades que denota a omissão da gestão do órgão responsável pela política de assistência social.

Como forma de visibilizar o sucateamento do CRAS, a Organização denuncia a falta manutenção básica na estrutura física, equipe técnica insuficiente, no qual dispõe de apenas dois técnicos – onde a quantidade mínima exigida são quatro – e a falta de profissional da psicologia, desde dezembro de 2022. No Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), não há Orientador Social e faltam alimentos (lanches) para os usuários dos serviços, que funciona de forma parcial, apenas com grupos para gestantes e idosos, deixando as demais faixas etárias não atendidas.

Importante destacar que o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos é estratégico para a comunidade, pois tem o objetivo de promover a convivência e fortalecer os vínculos familiares e comunitários e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Além de todos os problemas citados, não há transparência na destinação dos valores dos recursos direcionados ao CRAS, visto que conforme a análise do Cedeca, é evidenciado pela comunidade desconhecer qual é o orçamento do CRAS.

Essa condição, segundo Bárbara Xavier, Coordenadora de Projetos, é bastante prejudicial, pois é necessário que espaços como esse responda a requisitos mínimos, como: inclusão social, acessibilidade para pessoas com deficiência ou capacidade de locomoção reduzida, adequada iluminação, conservação, salubridade, limpeza, entre outros aspectos. A Coordenadora de Projetos, também explica que todos esses fatores juntos, compromete a qualidade dos serviços prestados, limitando a capacidade do órgão em fornecer acesso efetivo aos direitos socioassistenciais às famílias em situação de vulnerabilidade social

"Esses serviços devem conduzir os/as usuários/as do serviço para autonomia, emancipação e protagonismos de suas próprias histórias. Quando um grupo não é alcançado pelo SCFV no território, fica muito mais sujeito às violências e violações de direitos. No caso das crianças e adolescentes especificamente, a ausência desse serviço pode, por exemplo, contribuir para que fiquem ainda mais expostas e/ou permaneçam vivenciando a situação de violência sexual", explica.

Bárbara ainda sinaliza que as obrigações do gestor/a constam no Caderno de Orientações do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome para implantação e funcionamento do Cras, incluindo a gestão de recursos orçamentários e financeiros. Marcilene Noleto, estudante e moradora do setor Flamboyant, uma das áreas abrangidas pelo CRAS Xerente, conta que a região necessita de uma atenção maior pela gestão do município, não só em relação à instalação, mas também no investimento dos projetos sociais.

"Nossa região é de extrema vulnerabilidade, com demanda muito grande e essa falta de apoio, sobrecarrega também os profissionais. Nós sabemos que o investimento vem [para o município], mas ele não é distribuído da forma que deve ser. A política é bonita, mas na execução não é o que acontece", manifesta a estudante.

Ante a precariedade deste equipamento importante para a política de assistência social no Taquari, o CEDECA e a comunidade, instam o executivo municipal para adotar ações concretas e imediatas, sobretudo orçamentária e financeira. Isso para que superem o sucateamento do CRAS e garantam a dignidade do ambiente do CRAS, promovendo o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e a promoção de inclusão social.

VERANEIO

Divulgação

Serviço de troca de areia da Praia da Graciosa.

Praias começam a receber melhorias para período de férias

A Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos (Seisp) está renovando a areia da área de banho da Praia do Caju. Servidores da pasta estão concluindo o espalhamento da nova cobertura de areia. Nos próximos dias, o mesmo procedimento será feito nas Praias do Prata e Arnos. A renovação da areia e manutenção de iluminação pública da Graciosa já foram concluídas.

Também foi realizado a manutenção preventiva de iluminação pública em andamento na Praia do Prata. Na do Caju, a manutenção dos pontos de iluminação do estacionamento já foi realizada.

Os preparativos para temporada de férias seguirão pelas próximas semanas com reposição de lixeiras e roçagem de áreas verdes em todas as praias públicas. Segundo a pasta, as praias recebem visitas freqüentes para limpeza e manutenção de banheiros públicos. Na Praia da Graciosa e das Arnos, de maior visitação, a limpeza é feita diariamente, de segunda a domingo. Nas demais praias, a limpeza acontece a cada dois dias.

ARRAIÁ DA CAPITAL

Programação do 31º Arraiá da Capital vai botar todo mundo pra dançar

CONFIRA ATRAÇÕES DO PALCO PRINCIPAL DE 21 A 26 DE JUNHO, O ARRAIÁ DA CAPITAL TERÁ ATRAÇÕES LOCAIS E NACIONAIS.

Divulgação

Palco principal do Arraiá da Capital terá atrações locais e nacionais.

O ritmo típico dos nossos vizinhos paraenses, o calypso, vai fazer o tocantinense levantar o pé do chão na abertura da 31ª edição do Arraiá da Capital, na quarta-feira 21, com a cantora Joelma. Mas, o forró é que vai dominar o arrasta-pé na maior festa junina do Tocantins, que traz atrações locais e nacionais que subirão no palco principal nas cinco noites de festa, logo após as apresentações das juninas na 'Arena' e musicais no Coreto do Forro.

Atendendo a pedidos de outros 'Arraiás', a rainha do calypso, Joelma abre a festa na quarta, 21. Cantora, compositora, empresária e dançarina nascida no Pará, ficou conhecida como vocalista da Banda Calypso, e desde 2016, após separação do marido Chimbinha e dissolução de sua banda, ela segue carreira solo. Ao longo de seu percurso profissional, Joelma vendeu cerca de 20 milhões de álbuns, e acumulou diversas vitórias e indicações a prêmios importantes da música, incluindo três participações ao Grammy Latino.

Para levantar o público na segunda noite de festa, ela que vem do berço das quadrilhas juninas e que anima os arrasta-pés na Capital, 'Karollina do Cerrado', subirá ao palco a partir das 22 horas, de quinta-feira, 22. Com 20 anos de carreira, ela iniciou na música aos sete anos em Brasília, e desde 2007 também atua no movimento junino. Esta será a terceira vez que a cantora se apresenta no Arraiá da Capital, tendo uma boa receptividade do público, com um repertório que reúne forró e sertanejo dos antigos e atuais.

Na sexta-feira, 23, 'Thiago Jhonathan' – ex - Forró Boys e o 'Trio Baú' animarão a festa. Atração nacional conhecida dos palcos tocantinenses com seu ex-grupo Forró Boys, cantor, compositor, instrumentista, Thiago Jhonathan 'TJ' tem um estilo musical moderno e diferente. O sertanejo, o pop, o dance music, o zouk, o reggaeton, o pop rock e a música gospel se fazem presentes nas suas composições, interpretações e apresentações. Já o Trio Baú surgiu em Palmas, formado por Rubão Ayres, Mauro Becker e Gil, idealizado com a intenção de fomentar e divulgar o autêntico forró pé de serra. A banda apresenta canções expressivas, que retratam o cotidiano, a vida e os costumes do povo brasileiro e conhecidas pelo público regional.

A atração nacional do sábado, 24, é o projeto 'Juzé, Lukete e Os Gonzagas' que se preparou para 'forrofiar' nesse período junino. Formado por Juzé e Lukete, a dupla que encantou o Brasil com seu humor e poesia na telinha da novela 'Mar do Sertão', da Globo e os 'Os Gonzagas', banda que vem encantando o Brasil desde 2012, o show promete a união entre música, cantoria, poesia e teatro, 'Juzé, Lukete e Os Gonzagas' vão passear, cantar, contar e encantar com o que tem de bom e do melhor da arte nordestina e brasileira. Na mesma noite também se apresenta o forrozeiro 'Clayton Farias', cantor, compositor e músico. Natural de Petrolina - PE, iniciou sua carreira musical ainda na infância cantando forró de pé-de-serra no sertão pernambucano. Mudou-se para Palmas em 1998, aos 14 anos, onde prosseguiu cantando e encantando com sua forma legitimamente nordestina de fazer um bom forró.

E para encerrar a festança, o domingo 25 terá 'Trio Bacana' e 'Rony Sertão'. Formado por Pexera na voz e triângulo, Edu na zabumba e Gil na sanfona, o 'Trio Bacana' está no circuito cultural brasileiro desde março de 2000, na atual formação apresenta um repertório de músicas que destacam o único ritmo genuinamente brasileiro com a proposta de levar aos palcos a expansão do forró-pé-de-serra, passando pelo forrozão, baião, arrasta-pé, xote e xaxado. Já Ronisley Alves Brito, mais conhecido como 'Rony Sertão' é natural de Araguaína-TO, começou a cantar aos 11 anos em Luzimangues onde mora atualmente. A partir de 2022, Rony sertão foi lançado no mercado fonográfico, atualmente faz parte do casting de artistas da empresa Voice A4 Produções e Eventos. No EP "Pegada do Vaqueiro", Rony assina letras de seis canções que estão presentes neste novo projeto.

Programação

Dia 21 de Junho
■Coreto do forró – A partir das 19 horas
■Arena – A partir das 19 horas - Apresentação das Rainhas
■Palco Principal – 23 horas - Show da Joelma

Dia 22 de junho
■Arena – A partir das 19 horas - Projeto São João Vem de Berço
■Coreto do Forró - A partir das 19 horas
■Palco Principal – 23 horas - Karolina do Cerrado

Dia 23 de junho
■Arena – A partir das 19 horas - Grupo de Acesso - Nação Junina; Fulô de Mandacarú; Fogo na Cumbuca; Estrela do Sertão
■Coreto do Forró
■Palco Principal –Thiago Jhonathan – ex- Forró Boys e Trio Baú

Dia 24 de junho
■Arena – A partir das 19 horas -Grupo de Especial – Cafundó do Brejo; Encanto Luar; Arrasta Pé do Liberdade; São João das Palmas
■Coreto do Forró - A partir das 19 horas
■Palco Principal – A partir das 23 horas Cleyton Farias / Os Gonzagas

Dia 25 de junho
■Arena – Grupo de Especial – Pizada da Butina; Pula Fogueira; Matutos da Noite; Explosão Amor Caipira
■Coreto do Forró – Apartir das 19 horas
■Palco Principal – Rony Sertão e Trio Bacana

Dia 26 de junho - Apuração – a partir das 19 horas

ATENÇÃO PAIS!

Saúde alerta para circulação da doença mão-pé-boca

Divulgação

Locais que mais aparecem bolhas na pele são na mão, pé e boca.

A Secretaria Municipal da Saúde (Semus) faz o alerta para a circulação na Capital do vírus que causa a doença mão-pé-boca que afeta especialmente bebês e crianças. A enfermidade apresenta febre alta como primeiro sintoma, seguido de lesões dentro e ao redor da boca e bolhas dolorosas na pele, nas mãos, nos pés, faringe e laringe. Também pode manifestar falta de apetite, mal-estar, dor de garganta, vômitos, diarreia, dificuldade de engolir e muita salivação.

A transmissão da doença acontece ao aspirar o ar contaminado depois que uma pessoa infectada espirra ou tosse, assim como tocar em secreção do nariz (muco) e/ou garganta (escarro) de uma pessoa com o vírus e depois tocar nos próprios olhos, nariz e boca. A contaminação também pode ocorrer ao tocar em objetos como brinquedos, maçanetas, materiais escolares, mobiliários, entre outros que tenham a presença do vírus.

Por ser altamente contagiosa e se espalhar rapidamente em escolas, creches e berçários, o Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde (Cievs) da Semus tem acompanhado e realizado visitas nas instituições educacionais para alertar sobre a doença e monitorar os casos notificados e confirmados já apresentados para conter a propagação do vírus em Palmas.

O diagnóstico é clínico e normalmente apresenta uma melhora espontânea de 3 a 7 dias após os primeiros sintomas. O tratamento é feito com analgésicos, antitérmicos e, em alguns casos, pode ser necessária a realização de hidratação. Normalmente a doença não apresenta gravidade, mas uma pequena proporção de crianças pode apresentar sinais mais alarmantes. A Semus recomenda que os pais fiquem atentos e procure a sua Unidade de Saúde da Família (USF) de referência para atendimento.

Surtos da doença

O Ministério da Saúde (MS) emitiu uma nota técnica (Nº 16/2023) informando a detecção de surtos da doença mão-pé-boca em alguns estados do Brasil, dentre eles São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e, recentemente, Goiás. A área técnica da Coordenação de Doenças Infecto Contagiosas da Semus acredita que o surto da doença no estado vizinho tenha antecipado a propagação do vírus em Palmas, já que nos anos anteriores a enfermidade era mais comum no segundo semestre.

Em razão dessa antecipação, os profissionais de saúde das USFs já foram informados dos possíveis surtos que podem surgir com a circulação do vírus na cidade. Além disso, também receberam as recomendações e medidas de prevenção necessárias durante e após os atendimentos.

ALÔ PREFEITURA!

Usuários do programa Restaurante Popular reclamam de filas e desorganização

MESMO ENFRENTANDO FILAS, O USUÁRIO NÃO TEM CERTEZA SE VAI CONSEGUIR ALMOÇAR. TEM RESTAURANTE RESERVANDO O PRATO FEITO PELO TELEFONE E QUEM ESTÁ NA FILA, ACABA PREJUDICADO.

Redação / Primeira Página

Enquanto as unidades do Restaurante Comunitário de Palmas passam por reformas, a população tem utilizado o programa Restaurante Popular para ter acesso a uma alimentação balanceada e de baixo custo. A iniciativa entrou em vigor em janeiro de 2023 e oferece em restaurantes credenciados o popular prato feito (PF) ao custo de R$ 3,00.

Tem direito ao almoço no valor de R$ 3,00 as pessoas que vivem em Palmas, estão inscritas no CadÚnico e fizeram o cadastro na prefeitura de Palmas. Mais de 20 restaurantes no Plano Diretor e na região sul de Palmas estão credenciados. Mas em alguns locais a falta de organização tem gerado reclamações entre a população.

Tem gente ficando na fila para pegar o PF e ficando sem comer porque as refeições disponíveis naquele estabelecimento esgotaram. Quem já deu viagem perdida conta que isso tem acontecido porque não existe uma fiscalização ou regras para que o PF seja vendido somente para quem está presencialmente na fila.

"Eu sei que é ruim você vir ficar na fila e saber que a quantidade de marmitas já se esgotou, ai você vai ter que buscar uma outra opção e quem não tem, vai ficar sem", afirma pastor David Antônio.

O assistente contábil Winicius Machado acredita que se houver regras será mais justo, "Para mim a regra tinha que ser de não permitir levar marmita, só quem tá na fila vai poder almoçar, essa é a forma mais justa", declara.

Esse problema, relatado pelos usuários do programa, tem acontecido em estabelecimentos que permitem que usuários reservem o almoço por telefone para buscar as marmitas sem enfrentar filas. Quem liga fornece o número do cartão do programa e o restaurante consegue lançar a refeição no sistema.

> **"Eu sei que é ruim você vir ficar na fila e saber que a quantidade de marmitas já se esgotou, ai você vai ter que buscar uma outra opção e quem não tem, vai ficar sem"**
>
> David Antônio, Pastor.

Dependendo da quantidade de reservas, quem está fila acaba ficando sem almoço. Para quem quer ter certeza se no restaurante conveniado tem alimentação disponível é possível consultar o site https://comunitario.palmas.to.gov.br/ e ver quais os estabelecimentos credenciados e quantas refeições ainda serão servidas. A atualização é feita a cada cinco minutos.

Nós questionamos a prefeitura de Palmas que informou que os cartões não devem ser usados por terceiros e que não é permitida reserva prévia e que a refeição deve ser consumida no restaurante.

Primeira Página

Tem direito ao almoço no valor de R$ 3,00 as pessoas que vivem em Palmas e estão inscritas no CadÚnico.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO E CONVOCAÇÃO

Prezados (as) Senhores (as):

NOME	CPF/CNPJ	CONTRATO	QUADRA	LOTE
EBESON COELHO TORRES	922.032.301-00	949	006	008

Por este edital, fica (m) NOTIFICADO (S) e CONVOCADO (S) a comparecer em nosso escritório, em dia útil, durante horário comercial, no prazo máximo de 15 dias, a contar da data desta publicação, para tratar de assuntos de seu (s) interesse (s), relativos ao contrato particular de compromisso de compra e venda de lote/terreno. Esta notificação e convocação tem o objetivo de cumprir o estabelecido nas cláusulas 15ª, 16º e/ou 17ª, do contrato acima identificado.

GI INCORPORADORA E EMPREENDIMENTOS LTDA (RESIDENCIAL ALC SO 141B) CNPJ nº 18.770.837/0001-85, situado no escritório de representação localizado na Avenida LO-05, Quadra 206 Sul, conjunto 11, Lote 07-A, Palmas-TO, CEP: 77.020-504, Em frente a Pamonharia Paraíso.

Palmas - TO, 15 de junho de 2023.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO E CONVOCAÇÃO

Prezados (as) Senhores (as):

NOME	CPF/CNPJ	CONTRATO	QUADRA	LOTE
BRUNO PEREIRA DE SOUSA	996.709.761-20	875	010	015

Por este edital, fica (m) NOTIFICADO (S) e CONVOCADO (S) a comparecer em nosso escritório, em dia útil, durante horário comercial, no prazo máximo de 15 dias, a contar da data desta publicação, para tratar de assuntos de seu (s) interesse (s), relativos ao contrato particular de compromisso de compra e venda de lote/terreno. Esta notificação e convocação tem o objetivo de cumprir o estabelecido nas cláusulas 15ª, 16º e/ou 17ª, do contrato acima identificado.

G10 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA (RESIDENCIAL ARSO 132A) CNPJ nº 11.827.923/0001-38, situado no escritório de representação localizado na Avenida LO-05, Quadra 206 Sul, conjunto 11, Lote 07-A, Palmas-TO, CEP: 77.020-504, Em frente a Pamonharia Paraíso.

Palmas - TO, 15 de junho de 2023.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO E CONVOCAÇÃO

Prezados (as) Senhores (as):

NOME	CPF/CNPJ	CONTRATO	QUADRA	LOTE
ELY CARLOS ALVES DAMASCENA	023.907.201-45	2070	005	011

Por este edital, fica (m) NOTIFICADO (S) e CONVOCADO (S) a comparecer em nosso escritório, em dia útil, durante horário comercial, no prazo máximo de 15 dias, a contar da data desta publicação, para tratar de assuntos de seu (s) interesse (s), relativos ao contrato particular de compromisso de compra e venda de lote/terreno. Esta notificação e convocação tem o objetivo de cumprir o estabelecido nas cláusulas 15ª, 16º e/ou 17ª, do contrato acima identificado.

BRESA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA (PARK DOS BURITIS - LUZIMANGUES) CNPJ nº 13.214.370/0001-73, situado no escritório de representação localizado na Avenida LO-05, Quadra 206 Sul, conjunto 11, Lote 07-A, Palmas-TO, CEP: 77.020-504, Em frente a Pamonharia Paraíso.

Palmas - TO, 15 de junho de 2023.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO E CONVOCAÇÃO

Prezados (as) Senhores (as):

NOME	CPF/CNPJ	CONTRATO	QUADRA	LOTE
JOSE DOS SANTOS NUNES RODRIGUES	017.105.723-61	2119	007	038
MARIA DE FATIMA SOARES BRAGA	434.101.111-15	5179	007	049

Por este edital, fica (m) NOTIFICADO (S) e CONVOCADO (S) a comparecer em nosso escritório, em dia útil, durante horário comercial, no prazo máximo de 15 dias, a contar da data desta publicação, para tratar de assuntos de seu (s) interesse (s), relativos ao contrato particular de compromisso de compra e venda de lote/terreno. Esta notificação e convocação tem o objetivo de cumprir o estabelecido nas cláusulas 15ª, 16º e/ou 17ª, do contrato acima identificado.

B.E.R. EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA (JARDIM EUROPA - LUZIMANGUES) CNPJ nº 12.194.789/0001-48, situado no escritório de representação localizado na Avenida LO-05, Quadra 206 Sul, conjunto 11, Lote 07-A, Palmas-TO, CEP: 77.020-504, Em frente a Pamonharia Paraíso.

Palmas - TO, 15 de junho de 2023.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO E CONVOCAÇÃO

Prezados (as) Senhores (as):

NOME	CPF/CNPJ	CONTRATO	QUADRA	LOTE
BRUNO ANDRADE SOARES	039.680.081-54	2292	042	004
WALDEIR DE SOUZA GOMES	063.898.476-96	2636	043	009
ADRIANO RIBEIRO DE OLIVEIRA	717.393.781-72	2294	010	019

Por este edital, fica(m) NOTIFICADO(S) e CONVOCADO(S) a comparecer em nosso escritório, em dia útil, durante horário comercial, no prazo máximo de 15 dias, a contar da data desta publicação, para tratar de assuntos de seu (s) interesse (s), relativos ao contrato particular de compromisso de compra e venda de lote/terreno. Esta notificação e convocação tem o objetivo de cumprir o estabelecido nas cláusulas 15ª, 16º e/ou 17ª, do contrato acima identificado.

RB4 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA (RESIDENCIAL ARSE 152) CNPJ nº 19.290.684/0001-31, situado no escritório de representação localizado na Avenida LO-05, Quadra 206 Sul, conjunto 11, Lote 07-A, Palmas-TO, CEP: 77.020-504, Em frente a Pamonharia Paraíso.

Palmas - TO, 15 de junho de 2023.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO E CONVOCAÇÃO

Prezados (as) Senhores (as):

NOME	CPF/CNPJ	CONTRATO	QUADRA	LOTE
ADAO FRANCISCO DE SOUZA	020.048.928-38	430	016	013
KENELLY BRITO CARVALHO	025.451.411-19	175	006	027

Por este edital, fica (m) NOTIFICADO (S) e CONVOCADO (S) a comparecer em nosso escritório, em dia útil, durante horário comercial, no prazo máximo de 15 dias, a contar da data desta publicação, para tratar de assuntos de seu (s) interesse (s), relativos ao contrato particular de compromisso de compra e venda de lote/terreno. Esta notificação e convocação tem o objetivo de cumprir o estabelecido nas cláusulas 15ª, 16º e/ou 17ª, do contrato acima identificado.

B4 EMPREENDIMENTOS LTDA (ARSE 151 – PALMAS) CNPJ nº 18.739.426/0001-27, situado no escritório de representação localizado na Avenida LO-05, Quadra 206 Sul, conjunto 11, Lote 07-A, Palmas-TO, CEP: 77.020-504, Em frente a Pamonharia Paraíso.

Palmas - TO, 15 de junho de 2023.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO E CONVOCAÇÃO

Prezados (as) Senhores (as):

NOME	CPF/CNPJ	CONTRATO	QUADRA	LOTE
ANE CAROLINE SOUZA MARTINS	017.677.492-01	3184	029	042
JAILSON ALVES DE FARIA	450.673.252-91	2055	018	010
CLAIR CARDOSO DE ARAUJO	923.989.281-87	789	007	043
WAGNO GOMES DA SILVA	892.387.101-04	359	008	030

Por este edital, fica (m) NOTIFICADO (S) e CONVOCADO (S) a comparecer em nosso escritório, em dia útil, durante horário comercial, no prazo máximo de 15 dias, a contar da data desta publicação, para tratar de assuntos de seu (s) interesse (s), relativos ao contrato particular de compromisso de compra e venda de lote/terreno. Esta notificação e convocação tem o objetivo de cumprir o estabelecido nas cláusulas 15ª, 16º e/ou 17ª, do contrato acima identificado.

G10 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA (RESID. ARSO 151) CNPJ nº 11.827.923/0001-38, situado no escritório de representação localizado na Avenida LO-05, Quadra 206 Sul, conjunto 11, Lote 07-A, Palmas-TO, CEP: 77.020-504, Em frente a Pamonharia Paraíso.

Palmas - TO, 15 de junho de 2023.

Edital De Intimação Com Prazo De 20 (Vinte) Dias O Doutor Marcelo Laurito Paro, Juiz de Direito da 2ª Vara Cível desta Comarca de Colinas do Tocantins, Estado do Tocantins, na forma da lei...Faz Saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo tramita os autos da Ação de Cumprimento de Sentença, processo nº 0001076-56.2014.8.27.2713, em que figuram como partes Ativos S.A. Securitizadora De Creditos Financeiros contra Elerson Da Cunha Barbosa, sendo pelo Meritíssimo Juiz foi determinado a expedição do presente Edital, pelo qual Intima-Se o executado Elerson Da Cunha Barbosa, brasileiro, solteiro, pecuarista, portador da cédula de identidade RG nº 26821, emitida pela Sejusp/TO, inscrito no CPF/MF sob o nº 596.578.391-49, atualmente com endereço incerto e não sabido, para pagar a dívida, custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios, fixados no patamar de 10% (dez por cento), no prazo de 03 (três) dias, a contar da citação (artigo 827, caput, c/c artigo 829, caput, ambos do Código de Processo Civil). No caso de integral pagamento no prazo acima estipulado, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade (artigo 827, parágrafo 1° do Código de Processo Civil). Poderá o executado, caso queira, opor-se à execução por meio de embargos, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do despacho inicial, com as complementações que se fizerem necessárias, sob pena de revelia e nomeação de curador especial (artigo 257, incisos I, III e IV do Código de Processo Civil). Valor do Débito: R$ 42.149,06 (quarenta e dois mil cento e quarenta e nove reais e seis centavos). Dado E Passado nesta cidade e Comarca de Colinas do Tocantins, aos 29 dias do mês de maio de 2023. K-19/06

ARMAS PESADAS

Divulgação

Armamento estava em posse dos criminosos.

Morador localiza fuzis na região da Operação Canguçu

Um morador da zona rural de Pium, encontrou armas e munições às margens do Rio Javaés, no Assentamento Macaúbas. O material estava próximo do centro de pesquisas Canguçu. No local estavam dois fuzis, sendo um AK- 47 e um Bushmaster XM-15, além de oito carregadores e várias munições de grosso calibre.

Segundo o comandante responsável pela área, major PM Addson Acácio Pimentel, o armamento possivelmente pertencia aos membros da quadrilha que tentou roubar uma transportadora de valores na cidade de Confresa – MT e fugiu para o Tocantins.

A fuga dos criminosos pelo interior do estado deu início a "Operação Canguçu", que mobilizou cerca de 350 policiais de cinco estados durante quase 40 dias de buscas. A ação resultou na morte de 18 criminosos e prisão de cinco suspeitos, dentro e fora do estado. Sendo considerada uma das maiores operações policiais para capturar criminosos no país.

O armamento foi recolhido pela equipe da Força Tática da Polícia Militar e encaminhado para a Central de Flagrantes de Paraíso do Tocantins.

RSR COMUNICACAO TOCANTINS LTDA:28971575000170
Assinado de forma digital por RSR COMUNICACAO TOCANTINS LTDA:28971575000170
Dados: 2023.06.19 17:37:10 -03'00'

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO EXERCÍCIO DE 2022

Agência de FOMENTO do Estado do Tocantins

CNPJ nº 05.474.540/0001-20

Senhores Acionistas,

A Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A, em observância aos preceitos legais e estatutários, através de sua Diretoria Executiva, submete à apreciação de vossas Senhorias o seu Relatório da Administração, acompanhado das Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

1. A INSTITUIÇÃO

A Agência de Fomento é uma instituição financeira não bancária, organizada sob a forma de sociedade de economia mista, de capital fechado, que atua sob a supervisão do Banco Central do Brasil e rege-se por seu Estatuto Social, Lei das Sociedades Anônimas e demais disposições legais que lhe forem aplicáveis. Foi criada em 2002 pela Lei Estadual nº. 1.298 e tem como acionista majoritário o Estado do Tocantins.

2. DESEMPENHO OPERACIONAL

2.1- Prospecção e Oportunidades de Negócios

O exercício de 2022 continuou sendo um ano desafiador, marcado pela continuidade dos efeitos causados por um período epidêmico. Também foi um ano de esperança para economia tocantinense, que começou a se recuperar de forma gradativa.

A Agência de Fomento compreendendo todos impactos expostos ao cenário econômico, durante todo ano buscou ser o braço forte junto aos empreendedores tocantinense. Várias medidas foram adotadas a fim de que todos os empreendimentos pudessem ter acesso ao crédito, equilibrando suas finanças bem como fonte de sobrevivência do negócio e da manutenção de empregos e geração de renda.

Para consolidação dos resultados alcançados, foram realizadas várias ações, como também parcerias importantes, que vieram a contribuir de forma positiva para o desenvolvimento da Agência e dos empreendimentos atendidos.

Segue a relação das ações e parcerias realizadas no decorrer deste ano:

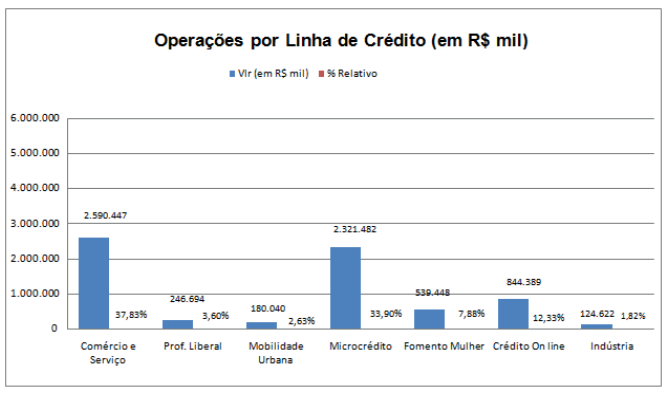
- ✓Programa de Crédito em parceria com ACIPA, criando condições diferenciadas para os associados da ACIPA-Palmas;
- ✓Continuidade do Programa Mulher Fomento, uma linha que visa resgatar os empreendimentos, exclusivamente de mulheres empreendedoras, além de impulsionar e manter o crescimento dos pequenos negócios;
- ✓Continuidade do Programa Mais Leite - O Programa Crédito Popular direcionado, designado para atender a pequeno produtor de leite do Estado do Tocantins, na produção da bacia leiteira, com o objetivo de viabilizar recursos, nas modalidades de investimentos e custeio da produção;
- ✓Continuidade do programa Fomento Presente, ação desenvolvida para atender todos os municípios tocantinense, em parceria com as prefeituras e sala do empreendedor;
- ✓Participação na Agrotins, abordando os benefícios disponíveis na Fomento para o ramo da piscicultura;
- ✓Continuidade do Crédito Online na plataforma do site institucional, buscando facilitar e agilizar o processo de crédito- liberado para operações de até R$ 30 (mil);
- ✓Continuidade de parceria com FINEP, recurso para inovação, pesquisas e tecnologia;
- ✓Reestruturação do Programa de Financiamento aos taxistas e moto taxistas do Estado do Tocantins – PROGRAMA MOBILIDADE URBANA, com a finalidade de conceder financiamento de capital fixo, para a aquisição de veículos e motos novas;
- ✓**Lançamento do Programa Novembro Azul** – Direcionado para os empreendedores que contribui para o avanço da economia do estado;
- ✓**Lançamento do Programa 13º Salário**, destinado para pagamento da folha do quadro funcional;
- ✓**Lançamento da linha de crédito "Fomento Energia Solar** " que tem como finalidade viabilizar recursos financeiro para atender os empreendedores do Estado do Tocantins que atuam no Setor de Turismo;
- ✓**Reunião de parcerias com ACIG;**
- ✓**Reunião Crédito Carbono – Secretaria governo**
- ✓**Reunião de parcerias com a Ruraltins**
- ✓**Alinhamento de recursos FDES, Conselho do fundo – SEFAZ**
- ✓**Femicro**
- ✓**Evento Forum de desenvolvimento**
- ✓**SUDAN**
- ✓**Prestação de Contas BACEN**
- ✓**Lançamento do PICS/SICS**
- ✓**Treinamento dos extensionistas Ruraltins**
- ✓**Participação em evento do CREA** – Empoderamento da mulher
- ✓**Ação de prospecção realizado no Rodo Shopping em Palmas,** levando atendimentos para os microempreendedores do ramo da confecção.
- ✓**Participação no II Festival Flores,** promovido pela Associação Comercial e Industrial de Gurupi/TO, apresentando as linhas de crédito e condições de acesso;
- ✓**Participação do Congresso das Micro e Pequenas empresa da Região Norte**, na oportunidade foi realizada uma palestra apresentando todas as linhas disponível; em parceria com a Secretaria Estadual da Indústria, Comércio e Serviços, a Agência de Fomento do Tocantins participou do Pavilhão do Desenvolvimento Regional em Gurupi; Entre outros.

O exercício de 2022 foi sem dúvida um ano positivo, com todas as ações realizadas, e comprometimento da equipe da Agência foi possível alcançar o objetivo traçado. Foram mais de 60 municípios do Estado e diversos segmentos atendidos com liberação de crédito neste ano.

2.2 - Operações de Crédito – Recurso Próprio

No exercício de 2022 a Agência de Fomento em consonância com o Governo do Estado, esteve presente em **60** Municípios e liberou **um total de R$ 6.847.122,00** do recurso próprio da Fomento com **292** contratos em operações de crédito, distribuídos entre empréstimos e financiamentos, atendendo os mais diversos segmentos como comércio, prestação de serviços - incluindo os Micro empreendedores Individual, mobilidade urbana e o profissional liberal do Estado, impulsionando a economia tocantinense e contribuindo na manutenção de receitas e preservação de empregos.

Do montante analisados e liberados entre janeiro e dezembro/2022 foi registrado uma média de liberações de **R$ 23.449,00** por empreendedor. Do total de liberações, **38%** foi destinado para a linha Comércio e Serviços, **34%** para o Microcrédito, a fatia de **12%** foi destinado as linhas "Crédito online", para linha Mobilidade urbana **3%**, ouve ainda **2%** das liberações para linha Indústria e para a linha do Profissional Liberal **3%** a fatia de **8%** foi a linha "Fomento Mulher" totalizando os 100% das liberações neste exercício de 2022



▪ **Liberações de Crédito por Município**

Foram atendidos micro, pequenos e médios empreendimentos em 60 municípios tocantinenses, com destaque para Palmas, que alavancou R$ 3.348.372,28 em operações de crédito, correspondendo a 48,9% do montante liberado no Exercício de 2022, em seguida está o município de Araguaína com R$ 681.670,21, do montante liberado, e em 3.º lugar se destaca o município de Gurupi com R$ 210.890,56 em crédito liberado nesse Exercício:

Liberados no exercício de 2022

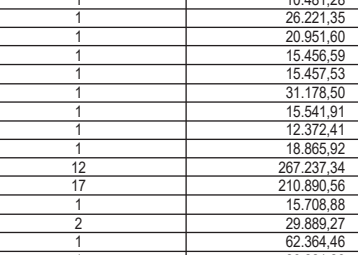
N.º	MUNICÍPIOS ATENDIDOS	QTDE PROCESSOS	R$ VALOR LIBERADO
1	ANANAS	2	27.178,89
2	ANGICO	2	30.388,32
3	ALIANÇA DO TO	1	12.371,87
4	APARECIDA DO RIO NEGRO	1	20.982,31
5	ARAGUAÍNA	34	681.670,21
6	ARAGUAÇU	1	15.458,30
7	AUGUSTINÓPOLIS	1	14.663,33
8	AXIXA DO TO	1	20.604,61
9	BABAÇULANDIA	3	188.292,99
10	BARRA DO OURO	1	10.312,95
11	CASEARA	1	5.167,74
12	CHAPADA DA NATIVIDADE	2	42.060,18
13	CHAPADA DE AREIA	1	25.749,21
14	COLINAS DO TO	2	41.868,20
15	COMBINADO	2	64.640,95
16	COUTO MAGALHAES	1	10.481,28
17	CRISTALÂNDIA	1	26.221,35
18	DARCINOPOLIS	1	20.951,60
19	DIANÓPOLIS	1	15.456,59
20	DOIS IRMÃOS	1	15.457,53
21	DUERÉ	1	31.178,50
22	ESPERANTINA DO TO	1	15.541,91
23	FATIMA	1	12.372,41
24	FILADELFIA	1	18.865,92
25	FORMOSO DO ARAGUAIA	12	267.237,34
26	GURUPI	17	210.890,56
27	IPUEIRAS	1	15.708,88
28	ITAGUATINS	2	29.889,27
29	LAGOA DO CONFUSÃO	1	62.364,46
30	LAJEADO	1	26.221,28
31	LIZARDA	1	8.254,81
32	MARIANÓPOLIS	1	8.256,06
33	MATEIROS	1	31.175,25
34	MIRACEMA DO TOCANTINS	7	124.945,54
35	MIRANORTE	2	29.331,53
36	MONTE DO CARMO	1	12.599,85
37	NATIVIDADE	2	8.277,49
38	NOVA OLINDA	1	15.726,13
39	NOVO ACORDO	1	24.058,60
40	PALMAS	134	3.348.372,28
41	PALMERANTE	1	24.037,57
42	PARANÃ	1	5.164,91
43	PARAÍSO DO TO	7	147.481,93
44	PEDRO AFONSO	7	258.200,27
45	PEIXE	2	30.918,48
46	PEQUIZEIRO	2	32.974,44
47	PONTE ALTA DO TO	2	20.627,23
48	PINDORAMA	1	106.257,89
49	PUGMIL	1	23.691,24
50	PORTO NACIONAL	7	151.181,51
51	RIO DOS BOIS	1	21.067,60
52	RIO SONO	2	44.841,37
53	SÃO FELIX DO TO	2	20.626,19
54	SANTA TEREZA DO TO	1	10.469,73
55	SANTA TEREZINHA DO TO	1	12.586,12
56	SILVANÓPOLIS	1	18.544,93
57	TAGUATNGA	1	6.198,05
58	TOCANTÍNIA	1	282.683,37
59	TOCANTINOPOLIS	1	12.572,30
60	XAMBIOA	1	25.750,26
TOTAL GERAL		292	6.847.121,87

▪ **Taxa de Juros, Prazo e Carência nas Operações de Crédito**

Considerando todos os créditos liberados no Exercício de 2022, a taxa média de juros desse ano, ficou em 2,33% a.m, considerado as medidas e critérios adotados pela Instituição para atender os empreendimentos tocantinense que apresentaram restrições financeira no período que abrangia a pandemia. O prazo médio de amortização das operações de crédito foi de 32 meses. Do montante de R$ 6.847.122,00 - 99,20% das liberações de crédito foram liberados com carência e 0,80% sem carência.

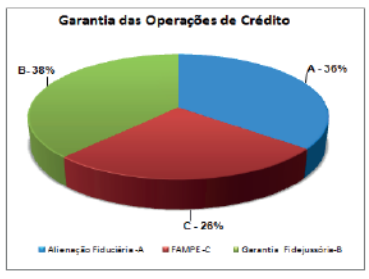
▪ **Rating das Operações de Crédito**

Os rating das operações liberadas no exercício de 2022 - apesar de todos os desafios dos empreendimentos para se manterem adimplentes -, ficaram assim distribuído: 38% estão classificadas no nível de risco "AA", 17% estão no nível de risco operacional "A", 34% da fatia que foram liberados com risco inicial "B" e o percentual de 11% para as operações de crédito liberadas classificadas inicialmente com o nível de risco "C". Isso demonstra que, 89% das operações liberadas estão dentro dos critérios de Risco bom, que significa baixo provisionamento para a Instituição.



▪ **Garantia das Operações de Crédito**

Em relação ao tipo de garantia do recurso próprio, para o ano de 2022, os resultados foram: 36% das operações estão em Alienação Fiduciária (considerando alienação fiduciária de imóveis e veículos) como garantia das operações, 26% das liberações, estão concentradas as garantias do Fundo de Aval aos micros e Pequenas Empresas - FAMPE e, 38% delas estão as garantias Fidejussória - Aval. O que significa dizer que, 62% do total das operações foram avalizadas com melhor garantia.



- Operações de Crédito com Recursos do Fundo Geral de Turismo - FUNGETUR Exercício de 2022

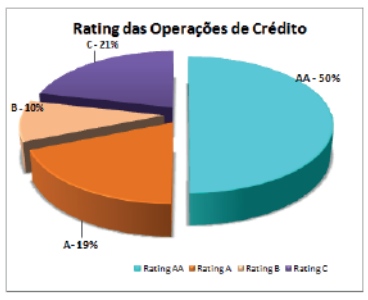
Agência de Fomento através do recurso de terceiro - FUNGETUR, liberou no ano de 2022, um total de **R$ 267.439,00** em operações de crédito distribuídos entre empréstimos e financiamentos, chegando a **07** municípios com segmento de Turismo atendendo suas necessidades, com **13** contratos - conforme planilha abaixo, proporcionando melhores prazos, carência e taxa de juros de acordo com as regras do Fundo.

LIBERADOS FUNGETUR ANO 2022

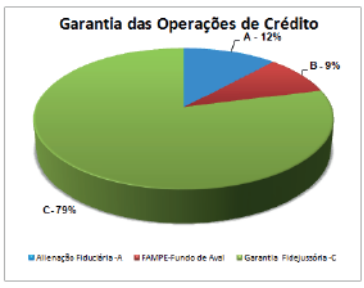
N.º	MUNICÍPIOS ATENDIDOS	QTDE PROCESSOS	VALOR LIBERADO
01	GURUPI	1	26.041,66
02	MATEIROS	1	26.041,66
03	MIRANORTE	1	10.416,67
04	NOVA ROSALANDIA	1	12.500,00
05	PALMAS	7	136.458,32
06	PONTE ALTA DO TO	1	24.323,13
07	SÃO FELIX DO TO	1	31.657,49
TOTAL GERAL		13	267.438,93

Do montante analisados e liberados entre janeiro e julho/2022 foi registrado uma média de liberações de **R$ 20.572,00** por empreendedor.
O prazo médio de amortização das operações de crédito foi de 40 meses. Do montante, de R$ 267.439,00 foram liberados 100% com carência, de acordo com as regras do Fundo - FUGETUR.

Os **Rating** das operações de crédito liberado em 2022 com recursos de Terceiro / Fungetur, ficaram em, 50% classificadas no nível de risco **"AA", 19%** estão no nível de risco **"A", 10%** estão concentradas as operações de risco Operacional **"B** e para as operações de nível de risco **"C"** foram **21%**.



Quantos as garantias das operações de crédito com recursos de terceiros, 12% das operações de 2022, estão concentradas em Alienação Fiduciária (considerando alienação fiduciária de imóveis e veículos), 9% estão concentradas no Fundo de Aval às Micros e Pequenas Empresas - FAMPE e R$ 211.458,00 que corresponde a 79% das operações com garantias Fidejussória - Aval.



Obs: *Agência de Fomento através do amparo do recurso de terceiro - FUNGETUR, NÃO LIBEROU contratos entre agosto e dezembro do ano corrente, uma que, o aditivo de contrato estava para assinatura.*

- Operações de Crédito com Recursos do FDES - Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social - Exercício de 2022

A Agência de Fomento através do FDES liberou um total de **R$ 4.725.857,00** com **535** operações de crédito, distribuídos entre, **Crédito Popular e agricultura familiar** destinado para MEI e pessoa física com atividade informal com e sem restritivos no período que abrange a pandemia - de acordos os critérios do fundo, atendendo os principais municípios do Estado melhorando as condições de recursos e negócios desse público.

Neste período era esperado um repasse de recurso por ordem de R$ 10 milhões, o que não ocorreu até o fim do exercício, ou seja, não foram liberados mais créditos devido a falta do recurso.

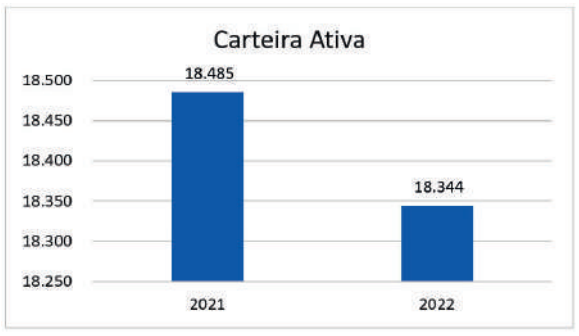
Do montante analisados e liberados entre janeiro a dezembro/2022, foi registrado uma média de liberações de R$ **8.833,00** por operação.

▪ **Análise de Crédito Geral**

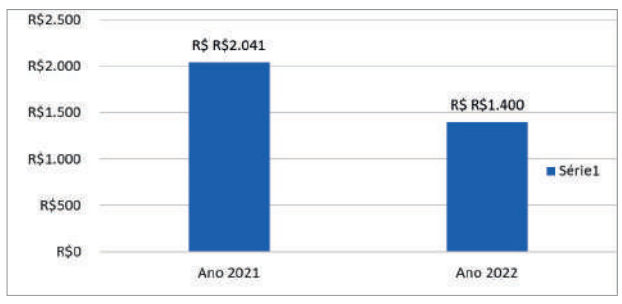
Em 2022 apesar das circunstâncias e diversidade em detrimento o cenário econômico global em virtude da pandemia, a Agência de Fomento através de suas ações e estratégias sempre em Consonância com o governo do Estado, proporcionou os empreendedores de negócio tocantinenses facilidades, soluções a médio prazo, para que seu negócios não parasse de crescer, dando a esses, oportunidades real, através do acesso ao crédito principalmente as micros e pequenas empresas e, de forma responsável e consciente, a Coordenadoria de Análise desta Agência analisou projetos e empreendimento com mais simplicidade, mais agilidade, viabilizando a manutenção da economia no comércio tocantinense.

3. GESTÃO DE CRÉDITO

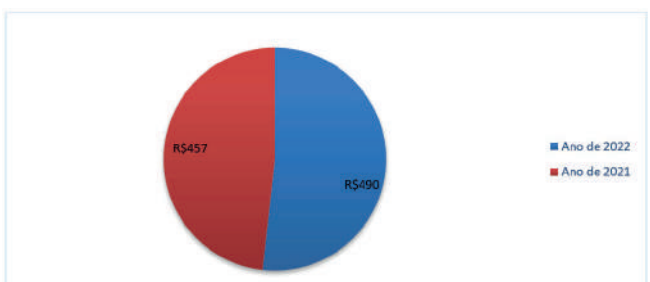
No exercício de 2022 a carteira ativa (saldo de créditos a receber, excluindo os prejuízos) ficou em R$ 18.344 mil. Mesmo não alcançado o crescimento previsto, tivemos uma pulverização bastante expressiva, sendo 304 liberações de crédito.



Em todas as operações de crédito é efetuado o provisionamento e é contabilizado como Despesa de Provisão, como também os atrasos de pagamento das operações. Encerrando o período no valor de R$ 1.400 mil, sendo a média mensal de R$ 116 mil, havendo uma redução de R$ 641 mil em comparação ao exercício de 2021 que registrou R$ 2.041 mil. A Despesa de Provisão só é revertida quando ocorre o pagamento parcial ou integral da dívida, ou o pagamento das parcelas de uma renegociação.



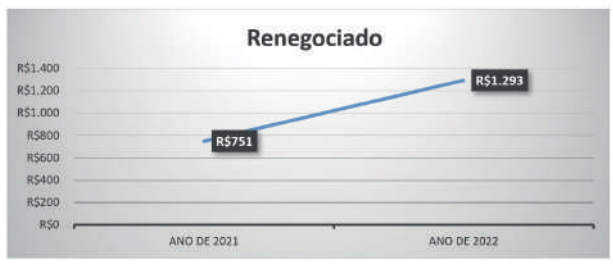
A Reversão de Provisão das Operações de Crédito somou R$ 490 mil, no exercício, superior em R$ 33 mil com relação ao ano anterior que registrou R$ 457 mil, sendo 7,4% maior. Esses créditos ainda não estão baixados como prejuízos. Resultado positivo, fruto de recebimentos efetivos de créditos inadimplentes que estavam provisionados e que, ao receber tais valores, consequentemente, aumenta a reversão e reduz o saldo das provisões na carteira ativa.



A Carteira de Créditos Baixados como prejuízo com atrasos superiores a 360 dias, registrou um montante de R$ 1.160 mil, sendo superior ao registrado no ano anterior de R$ 510 mil., mas apesar de baixadas em prejuízo, continuam em processo de cobrança e ou ajuizamentos.

Dos créditos que foram baixados como prejuízo foi recuperado R$ 257 mil face aos R$ 249 mil recuperados no exercício de 2021. A carteira de Créditos Baixados como Prejuízo é uma carteira muito difícil de recuperar por se tratar de créditos inadimplentes há mais de 360 dias, e quanto maior for o tempo de inadimplência menor serão as chances de recebimento de uma dívida. E feito um grande trabalho de cobrança afim de receber as parcelas inadimplentes antes de chegar aos 360 de atraso.

Os créditos renegociados ficaram em R$ 1.293 mil, sendo R$ 542 mil maior que o montante de R$ 751 mil renegociados no exercício anterior, representando 72% maior. As renegociações também evidenciam a boa gestão do crédito, por se tratar de créditos que estavam ou poderiam ficar inadimplentes, bem como crédito próximo de ser baixados como prejuízo, que não apresentam perspectivas de recebimento, porém, ao renegociar, renovam-se as chances de recebimento das novas composições de dívida.



O saldo das parcelas vencidas até 60 dias fechou em R$ 581 mil, vencidas até 90 dias R$ 134 mil, vencidas acima de 90 dias R$ 461 mil.

Neste exercício o índice de inadimplência acima de 90 dias fechou com média 2,48%. Este índice está acima do registrado no ano de 2021 de 2,03%.

Processo encaminhado para Gerência Jurídica

Neste exercício foram encaminhados para o departamento jurídico afim de promover execução judicial de crédito inadimplentes 193 processos.

Medidas Adotadas para mitigação do processo de cobrança e recuperação de crédito.

No mês Agosto de 22 foi lançada a campanha de recuperação de crédito, onde as empresas teriam um desconto de até 100% dos juros por atraso. Conforme a resolução 320/2022 de 15/08 a 15/09/2022. Foi recebido neste período um total de R$ 199 mil mora e multa por atraso.

A Agência de Fomento tem realizado de forma rigorosa o trabalho da cobrança, procurando resgatar os recursos liberados.

As formas que estão sendo utilizadas para realizar este acompanhamento são:

- ✓ Ligações telefônicas informando sobre o debito.
- ✓ Avisos de vencimentos;
- ✓ Prestar aos clientes informações/comunicações prévias sobre a situação contratual de financiamentos firmados com a Fomento, inclusive sobre a data de vencimento e o valor das prestações a vencer;

Rotinas Adotadas:

- ✓ Fazer um acompanhamento dos clientes em atrasos em ordem decrescente de valor vencido e entrar em contato por telefone e visitas ao estabelecimento;
- ✓ Acompanhar e conciliar diariamente as liquidações e inadimplências das operações de créditos negociadas e renegociadas;
- ✓ Manter levantamento atualizado da inadimplência na Instituição;
- ✓ Realizar ação de recuperação da inadimplência a cada final de trimestre

O processo de cobrança origina-se a partir de informações geradas no Relatório de Créditos Vencidos, referentes a parcelas vencidas e com pagamentos em atraso, que será distribuído aos integrantes da Gestão de Crédito.
Esta fase inicia-se nos 1º dias depois do vencimento do crédito, quando se concentra o esforço de abordagem direta do cliente, por telefone (ligações e mensagens) e se necessário através de visita, objetivando a efetiva recuperação do débito vencido. Se as cobranças não resultarem no recebimento dos débitos, serão adotadas as seguintes medidas:

A partir 1° dias atraso

Informar ao cliente sobre o debito existente, solicitar uma previsão de regularização do mesmo.

A partir 21° dias atraso

Informar ao cliente que caso ele não regularize o debito será promovida a inscrição dos devedores, no SPC, no SERASA.

A partir 31° dias atraso

solicitar ao cliente, aos avalistas e aos fiadores o pagamento do débito e relatando a próxima providência será o encaminhamento ao Departamento Jurídico.

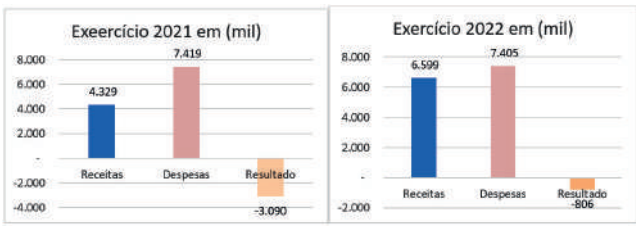
A partir do 91º

A partir de então caso o cliente não se manifestar sobre a amortização dos seus débitos em atraso na instituição será protestado e encaminhado ao departamento Gerência Jurídico para cobrança judicial,

A Gestão de crédito tem intensificado cobrança junto aos os clientes que ficam inadimplentes a partir de 01 dia de atraso, uma vez que a prevenção ajuda a evitar prejuízos futuros.

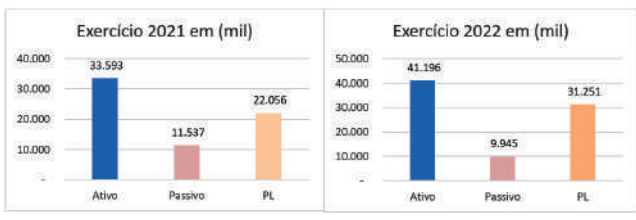
Sendo assim, conclui-se que a Gestão de Crédito vem buscando recuperar prejuízos, cobrar a carteira ativa inadimplente e a prevenção de possíveis atrasos que venham a prejudicar a receita da Agência.
De forma geral, referente aos índices da Gestão de Crédito supra mencionados, a Agência de Fomento vem obtendo resultados satisfatórios na retomada da inadimplência.

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO



As receitas do exercício 2022 totalizaram R$ 6.599 (milhões) e as despesas R$ 7.405 (milhões), o resultado líquido acumulado foi um prejuízo de R$ 806 (mil), este resultado em prejuízo representa basicamente a conta contábil de aprovisionamento patrimonial, que o valor é estritamente contábil. Hoje representando R$ 905 (mil) deste resultado, além da receita ainda não estar nos patamares desejados, uma vez que estimamos uma carteira ativa aproximada de R$ 45 (milhões) para que a receita supere as despesas, atualmente a carteira ativa é de R$ 18,3 (milhões).

As Aplicações Financeiras do período seguiram a política de investimentos da Instituição, produzindo receitas no valor de R$ 2.062 (milhões).



Os Ativos da Agência de Fomento apresentaram um saldo de R$ 41.196 (milhões). Os seus principais componentes são as aplicações financeiras em Títulos Públicos Federais no valor de R$ 21.212 (milhões), correspondente a 51%, carteira ativa de operações de crédito com um montante de R$ 16.276 (milhões) sem as provisões equivalentes a 39% e 10% sendo de outros ativos (outros créditos, vendas de ativos não financeiros e imobilizado).

O Passivo Circulante somou R$ 2.117 (milhões), sendo obrigações por repasses a instituições oficiais e outras obrigações, tais como: funcionários, impostos, contingências e fornecedores. Já o Passivo não Circulante R$ 7.828 (milhões) referente a obrigação por repasses a instituições oficiais.

O Patrimônio Líquido finalizou com o saldo de R$ 31.251 (milhões), tendo em sua composição: R$ 51.471 (milhões) de Capital Social subscrito, R$ 51.301 (milhões) Capital Social integralizado, R$ 170 (mil) Capital a Realizar, R$ 153 (mil) de Reserva Legal e R$ 20.203 (milhões) de prejuízo acumulado desde o exercício 2011.

5. GESTÃO ORGANIZACIONAL

5.1 Gestão de Riscos

A Coordenadoria de Riscos em instituições financeiras atua no processo de gestão integrada de riscos, de acordo com o que está estabelecido na Resolução CMN n.º 4.557 de 23/02/2017. Sendo que, o seu papel é de:

• Orientar, verificar e monitorar os usuários quanto a identificação, mensuração e avaliação dos riscos operacionais e controles internos de cada área;
• Alimentar e verificar no sistema de controle os planos de ação, perdas, e outras informações. Executar e verificar a conformidade das informações necessárias para a realização de avaliação qualitativa e quantitativa dos riscos;
• Encaminhar e monitorar o relatório ao Coordenador quanto ao posicionamento dos riscos institucionais;
• Lançar e monitorar no sistema de controle os eventos de perda capturados automaticamente ou manualmente pela própria Coordenadoria ou pelas demais áreas;
• Auxiliar, elaborar e monitor o plano de continuidade, contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e apresentar ao coordenador;
• Informar através de relatório ao coordenador os planos de ação após a finalização dos ciclos de atividades;
• Elaborar mensalmente relatórios de Riscos de Crédito, Índices de Basiléia acerca dos descumprimentos de normas e sugerir revisão dos processos e políticas de gestão de riscos operacionais, sempre que necessário e apresentar ao Coordenador;
• Executar e auxiliar na revisão dos processos e políticas de gestão de riscos operacionais, bem como na divulgação das informações e apresentar propostas de melhorias quanto a revisão da política de riscos tempestivamente;
• Atuar no monitoramento dos processos de crédito quanto à prevenção de lavagem de dinheiro e corrupção, e o controle das operações e limites de riscos operacionais, bem como no que tange a indícios no que se refere a PLD;
• Executar e acompanhar as informações sobre Leis e normas complementares no sistema, bem como a conformidade das normas se está sendo aplicada conforme prevista nas políticas da Instituição;
• Elaborar e desenvolver políticas exigidas pelo Banco Central do Brasil e diretrizes para área de riscos e apresentar para aprovação em Assembleia;
• Desempenhar outras atividades correlatas.

A gestão integrada de riscos e capital constitui instrumento fundamental para a sustentabilidade do sistema da Instituição. Os métodos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle, aprimoramento e mitigação dos riscos salvaguardam as instituições financeiras em momentos adversos e proporcionam suporte para a geração de resultados positivos e recorrentes ao longo do tempo.
Há na Agência de Fomento forte espírito no sentido de cumprir de forma integral as diretrizes do apetite a riscos, materializado por meio do gerenciamento integrado de riscos e capital no processo de tomada de decisão, que contribui para a otimização da relação risco versus retorno em suas operações.

Durante o ano foram realizadas atualizações das políticas e manuais de competência da coordenadoria de risco sobre o risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez, risco operacional, risco socioambiental e referente o gerenciamento de capital.

Foram realizados acompanhamentos sobre as demandas junto ao Banco Central e entidades fiscalizadoras a fim de manter a instituição em conformidade.

A Agência de Fomento manteve o efetivo gerenciamento de riscos corporativos com a utilização de ferramentas e modelos em constante atualização, visando o atendimento de exigências legais e à adequação às melhores práticas de mercado. Além disso, conta com o comprometimento do Conselho de Administração, da Diretoria Colegiada e todo o corpo funcional no processo de gestão dos riscos, adotando uma cultura corporativa de mitigação riscos.

5.2 Controles Internos

O sistema de Controles Internos da Agência de Fomento encontra-se regulamentado através da Resolução CMN n° 4.968/2021 e da Política de Controles Internos e Conformidade, tendo como finalidade o atingimento dos objetivos de desempenho, informação e conformidade, sendo compatível com a sua natureza, o seu porte, a sua complexidade, a sua estrutura, o seu perfil de risco e o seu modelo de negócio. O trabalho desenvolve à cultura de controle, a identificação e a avaliação de riscos, às atividades de controle e segregação de funções, à informação e à comunicação e ao monitoramento.

O controle interno, de acordo com o que regulamenta a Lei nº 13.303/2016, Lei das Estatais, em seu artigo 9º, tem adotado regras de estrutura e práticas de gestão de controle, por meio da sua implementação cotidiana, composta de verificações de cumprimento de obrigações setoriais, informando sobre ações corretivas necessárias para serem efetivadas e o posterior acompanhamento sobre seu saneamento, a fim de adequarem-se à legislação vigente.

Realizou-se a execução da atividade de controle, composta pela análise mediante parecer em todos os processos administrativos de contratação da Agência de Fomento, com o objetivo de verificação da sua regularidade legal aplicada, conduzindo-os ao cumprimento de regras, normas internas e externas, e procedimentos que são aplicados ao bom funcionamento da empresa.

O Controle Interno também tem buscado atuar de forma a assegurar que as atividades e procedimentos dos setores da Instituição, busquem adequar-se as práticas sempre em conformidade com as normas e regulamentos internos e externos, para proporcionar segurança razoável com respeito à realização dos seus objetivos.

6. AUDITORIA INTERNA

A Auditoria Interna da Agência de Fomento é vinculada ao Conselho de Administração.
As competências e deveres da Unidade da auditoria estão solidificados no compromisso de agregar valor à gestão das diversas áreas da instituição, atendendo aos princípios que regem a atuação da administração pública. Nessa perspectiva, a sua atuação tem como instrumento basilar o seu Manual de Orientações Técnicas das Atividades da Auditoria Interna, formulado pela unidade e aprovado pelo Conselho Administrativo ao qual está vinculada regimentalmente. Esta aprovação está ratificada na Resolução nº 184 do dia oito de julho de 2019, publicada na intranet da Agência de Fomento.
No exercício de 2022 foi elaborado os seguintes relatórios de auditoria, conforme determinado pela Resolução 4.879/20.

• Plano Anual das Atividades de Auditoria Interna para 2022;

RSR COMUNICACAO TOCANTINS LTDA:28971575000170

Assinado de forma digital por RSR COMUNICACAO TOCANTINS LTDA:28971575000170
Dados: 2023.06.19 17:37:48 -03'00'

- Relatório Anual de Auditoria Interna;
- Relatório de Auditoria referente ao 2º semestre de 2021;
- Relatório de Auditoria referente ao 1º semestre de 2022;
- Relatório de acompanhamento da ouvidoria do 1º semestre de 2022. Todos os relatórios foram enviados a Diretoria e ao Conselho de Administração e aprovados por unanimidades.
- Emitiu um parecer a coordenadoria de Risco, relatando as inconformidades encontradas, como avaliação sobre alguns tipos de riscos que a Agência possa estar exposta e que devem ser mensurados e recomendou que o setor passe a elaborar relatórios periódicos descriminados nas políticas de risco para a Diretoria e ao Conselho de Administração.
- Elaborou relatório de Inspeção na coordenação de gestão de crédito (cobrança) e no departamento de Recursos Humanos onde foi encontrado algumas desconformidades e foi feito recomendações orientativas para o setor.
- Está acompanhando os apontamentos emitidos pelos órgãos fiscalizadores (BACEN, auditoria interna e externa).

A Auditoria Interna é uma unidade de assessoramento à Alta Governança Corporativa da Instituição com caráter essencialmente preventivo, destinada a agregar valor e a melhorar as operações e controles internos administrativos da entidade, abrangendo a coleta e análise de informações, bem como a realização de testes, que fundamentem adequadamente as conclusões e recomendações, assistindo-a na consecução de seus objetivos.

7. AVALIAÇÃO DE BENS

1. Pós-crédito;
2. Avaliação Mercadológica De Imóvel Urbano com Emissão De Laudo a pedido do proprietário;
2.1. Avaliação Mercadológica de Imóvel Urbano da Instituição;
3. Parecer;
3.1. Parecer de Imóvel Urbano;
3.2. Parecer de Imóvel Rural;
4. Relatório De Verificação De Projeto Arquitetônico – Linha De Crédito Fungetur;
5. Controle sob pagamentos de imóveis vendidos pela Fomento – TO;
6. Acompanhamento de imobilizados: Imóveis em Dação em Pagamento e Consolidação;
7. Acompanhamento dos processos de Leilão e Venda direta.

1. PÓS-CRÉDITO

Foram realizados 85 relatórios de pós-crédito no período. Quanto a aplicação do questionário realizamos de forma presencial em clientes localizados em Palmas e via telefone em outras localidades do Estado.
Tendo sido normalizada a aplicação do questionário segundo as diretrizes do Manual de Política Operacional e Normas de Crédito da Agência de Fomento do Tocantins como *uma "ação preventiva de cobrança que permite antever possíveis problemas que possam ocorrer com as operações realizadas e passiveis de serem contornados, evitando-se dessa forma, que entrem em curso anormal".*

2. AVALIAÇÃO MERCADOLÓGICA DE IMÓVEL URBANO COM EMISSÃO DE LAUDO A PEDIDO DO PROPRIETÁRIO

2.1. Avaliação de Imóveis dados em Garantia Real
Avaliações de imóveis urbanos, onde o pleito de crédito seja inferior a R$ 100.000,00 (cem mil reais), para fins de avaliação do valor do bem imóvel, será considerado o valor venal do bem. Assim será calculado o valor de garantia com base no valor venal do imóvel, ficando dispensado a avaliação mercadológica por profissional da área.
Nos créditos onde o pleito seja superior a R$ 100.000,00 (cem mil reais) – faz-se necessária a avaliação do imóvel com emissão de Laudo de Avaliação e emissão de nota de responsabilidade técnica por profissional habilitado, sendo este: engenheiro, arquiteto ou engenheiro-agrônomo.
Com este fim, foram realizadas 10 avaliações imobiliárias até 31/12/2022, aplicadas também a pleitos de crédito inferiores a R$ 100.000,00 (cem mil reais), em cidades do interior do Estado onde os imóveis não possuem valor venal corrigido ou correspondente ao valor real dos mesmos.

2.2.Avaliação Mercadológica De Imóvel Urbano Da Instituição
Entre os imóveis em processo de consolidação ou dação em pagamento foram realizadas 4 avaliações para realização de leilão pela Agência de Fomento do Estado do Tocantins.

3. PARECER

3.1. PARECER DE IMÓVEL URBANO
Segundo a Resolução Nº 299/2021 Palmas de 01 de agosto de 2021, Art. 5º, item 4.1.2 – Da Avaliação do Imóvel – Parecer Técnico de Avaliação Mercadológica *"Para avaliações de imóveis urbanos, onde o pleito de crédito seja inferior a R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), além da certidão de inteiro teor e certidão de negativa de ônus, para fins de avaliação do valor do bem imóvel, será considerado a apresentação do último extrato de IPTU ou certidão com dados do imóvel, constando o valor venal do bem. Assim será calculado o valor de garantia com base no valor venal do imóvel, ficando dispensado a avaliação mercadológica por profissional da área".*
Foram realizados no período 5 pareceres sobre o valor venal no período.

3.2. PARECER DE IMÓVEL RURAL
Com base na RESOLUÇÃO Nº 299/2021 de 01 de agosto de 2021, dessa Agência de Fomento, Art. 5º, item 4, sub item 4.1.2. Da Avaliação do Imóvel – Parecer Técnico de Avaliação Mercadológica - *"As avaliações de bens imóveis rurais deverão ser realizadas por profissionais habilitados e credenciados no CREA, com formação em Engenharia Agronômica".*
Quanto a parecer sobre o valor venal de imóvel rural, foi realizado 1 parecer no período indicado.

4. RELATÓRIO DE VERIFICAÇÃO DE PROJETO ARQUITETÔNICO – LINHA DE CRÉDITO FUNGETUR

O relatório contempla análise de projeto arquitetônico e planilhas orçamentárias. Realizamos, sempre que possível visita ao local de projeto indicado seja terreno ou obra em andamento
Foram realizados no período 2 relatórios de verificação de projeto arquitetônico.

5. CONTROLE SOB PAGAMENTOS DE IMÓVEIS VENDIDOS PELA FOMENTO-TO.

Atualmente existem seis imóveis vendidos pela agência com parcelas em aberto. Dos quais, os pagamentos estão regulares, com exceção de um cliente que paga as parcelas com atraso recorrente de 30 dias.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações desenvolvidas pela Instituição nesse exercício e registradas no presente Relatório de Administração demonstram a busca por uma convergência entre o papel estratégico definido pelo governo e as ações empreendidas pela Fomento no período.

Cabe, ainda, o destaque da execução dessas ações de forma associada às demais instituições do Estado, buscando a unidade governamental, a implementação de prioridades e uma atuação direcionada às diversas regiões e setores do território tocantinense. Desta forma, a Instituição segue em direção ao alcance de sua sustentabilidade, alinhada com sua missão e buscando legitimar-se cada vez mais como indutora e articuladora para o desenvolvimento do Estado do Tocantins.

9. RECONHECIMENTOS

A Diretoria Executiva agradece o apoio, a confiança e a colaboração do Governo do Estado e dos demais acionistas, bem como do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, que foram fundamentais para o andamento das atividades. Finalmente, agradece também aos funcionários que de forma consciente abraçaram o desafio das novas diretrizes para se fazer cumprir a missão da Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A.

Palmas - TO, 22 de março de 2023.

DENISE ROCHA DOMINGUES
Diretora-Presidente

JARDEL CRYSTIANO NUNES RIBEIRO
Diretor Administrativo Financeiro

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE TOCANTINS S.A.

CNPJ nº 05.474.540/0001-20
Balanços Patrimoniais
Findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	31/12/2022	31/12/2021
CIRCULANTE		**21.678**	**18.606**
DISPONIBILIDADES	4	**-**	**22**
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	5	**10.672**	**8.602**
Titulos de Renda Fixa - LFT		3.408	-
Cotas de Fundos de Investimento		7.264	7.277
Titulos de Renda Fixa - LFT - Vinculados ao Banco Central		-	1.325
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	6	**7.582**	**5.779**
Empréstimos e Financiamentos - Setor Privado		9.650	8.096
(-) Provisão para Operações de Crédito		(2.068)	(2.317)
OUTROS CRÉDITOS	7	**3.129**	**2.032**
OUTROS VALORES E BENS	8	**295**	**2.171**
Ativos Não Financeiros Mantidos p/ Venda		223	2.111
Outros Valores		72	60
NÃO - CIRCULANTE		**19.518**	**14.987**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		**19.234**	**14.657**
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	5	**10.540**	**4.268**
Títulos de Renda Fixa - LFT		10.540	4.268
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	6	**8.694**	**10.389**
Empréstimos e Financiamentos - Setor Privado		8.694	10.389
INVESTIMENTOS		**1**	**1**
IMOBILIZADO	9	**281**	**320**
Imobilizações de Uso		1.708	1.639
(-) Depreciações Acumuladas		(1.427)	(1.319)
INTANGÍVEL		**2**	**9**
Ativos Intangíveis		51	51
(-) Amortizações Acumuladas		(49)	(42)
TOTAL DO ATIVO		**41.196**	**33.593**

PASSIVO	Notas	31/12/2022	31/12/2021
CIRCULANTE		**2.117**	**2.341**
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INST. OFICIAIS	9	**1.546**	**1.091**
FUNGETUR		1.546	1.091
OUTRAS OBRIGAÇÕES	10	**571**	**1.250**
Cobrança e Arrecadação		3	1
Fiscais e Previdenciárias		194	189
Diversas		374	1.060
NÃO CIRCULANTE		**7.828**	**9.196**
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INST. OFICIAIS	9	**7.828**	**9.196**
FUNGETUR		7.828	9.196
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**31.251**	**22.056**
CAPITAL SOCIAL	13.a	**51.301**	**41.300**
De Domiciliados no País		51.471	41.411
(-) Capital a Realizar		(170)	(111)
RESERVAS DE LUCROS		**153**	**153**
(-) PREJUÍZOS ACUMULADOS	13.b	**(20.203)**	**(19.397)**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**41.196**	**33.593**

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE TOCANTINS S.A.

CNPJ nº 05.474.540/0001-20
Demonstrações de Resultados
Findas em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Notas	2022		2021
		2º Semestre	Exercício	Exercício
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	14	**2.988**	**5.167**	**2.890**
Operações de Crédito		1.621	3.105	2.309
Operações com Títulos e Valores Mobiliários		1.367	2.062	581
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	15	**(367)**	**(1.265)**	**(1.622)**
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(182)	(911)	(1.587)
Reversão (Provisão) para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa		(4)	6	-
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo		150	257	249
Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses		(331)	(617)	(284)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**2.621**	**3.902**	**1.268**
(-) OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		**(2.475)**	**(4.708)**	**(4.358)**
Despesas com Pessoal e Honorários	16	(1.551)	(2.887)	(2.913)
Outras Despesas Administrativas	17	(977)	(1.912)	(1.711)
Despesas Provisões Passivas		(58)	(58)	(6)
Despesas Tributárias	18	(187)	(317)	(212)
Receitas de Prestação de Serviços		324	556	651
Outras Receitas Operacionais		39	65	82
Outras Despesas Operacionais		(65)	(155)	(249)
RESULTADO OPERACIONAL		**146**	**(806)**	**(3.090)**
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ LUCRO E PARTICIPAÇÕES		**146**	**(806)**	**(3.090)**
(-) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		**-**	**-**	**-**
Provisão para Imposto de Renda		-	-	-
Provisão para Contribuição Social		-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO		**146**	**(806)**	**(3.090)**
Nº de ações do capital social realizado		**6.000.000**	**6.000.000**	**6.000.000**
Resultado líquido por ação (lote de mil ações)		**0,024**	**(0,134)**	**(0,515)**
Valor patrimonial das ações (lote de mil ações)		**5,21**	**5,21**	**3,68**

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE TOCANTINS S.A.

CNPJ nº 05.474.540/0001-20
Demonstrações de Resultado Abrangente
Findas em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	2022		2021
	2º Semestre	Exercício	Exercício
RESULTADO LÍQUIDO	**146**	**(806)**	**(3.090)**
Outros resultados abrangentes	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	**146**	**(806)**	**(3.090)**

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE TOCANTINS S.A.

CNPJ nº 05.474.540/0001-20
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Findas em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Notas	Capital Social	Reserva de Lucros - Reserva Legal	Prejuízos Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		**39.996**	**153**	**(16.307)**	**23.842**
Capital Realizado		1.304			1.304
Resultado do Período				(3.090)	(3.090)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	13	**41.300**	**153**	**(19.397)**	**22.056**
MUTAÇÕES DO PERÍODO		1.304	-	(3.090)	(1.786)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		**41.300**	**153**	**(19.397)**	**22.056**
Capital Realizado		10.001			10.001
Resultado do Período				(806)	(806)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	13	**51.301**	**153**	**(20.203)**	**31.251**
MUTAÇÕES DO PERÍODO		10.001	-	(806)	9.195
SALDO EM 30 DE JUNHO DE 2022		**41.301**	**153**	**(20.349)**	**21.105**
Capital Realizado		10.000			10.000
Resultado do Período				146	146
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	13	**51.301**	**153**	**(20.203)**	**31.251**
MUTAÇÕES DO PERÍODO		10.000	-	146	10.146

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE TOCANTINS S.A.

CNPJ nº 05.474.540/0001-20
Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Findas em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Notas	2022		2021
		2º Semestre	Exercício	Exercício
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado Líquido do Período		**146**	**(806)**	**(3.090)**
Ajustes do resultado líquido do exercício				
Depreciação e Amortização	9	55	115	129
Provisões para Contingências		-	-	6
Provisão para Operações de Crédito		186	905	1.587
Resultado do período ajustado		**387**	**214**	**(1.368)**
Variação nas contas ativas e passivas				
Ativas		**(6.086)**	**(6.506)**	**(3.820)**
Redução (aumento) dos Títulos e Valores Mobiliários		(5.165)	(6.272)	2.772
Redução (aumento) das Operações de Crédito		(1.104)	(1.013)	(7.290)
Redução (aumento) dos Outros Créditos		408	(1.097)	(1.990)
Redução (aumento) dos Outros Valores e Bens		(225)	1.876	2.688
Passivas		**(10.625)**	**(1.592)**	**(150)**
Aumento (redução) Obrigações por Repasses do País		(525)	(913)	(374)
Aumento (redução) Outras Obrigações		(10.100)	(679)	224
Caixa aplicado nas atividades operacionais		**(16.324)**	**(7.884)**	**(5.338)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aplicações no Imobilizado	9	(69)	(69)	(43)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos		**(69)**	**(69)**	**(43)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Aumento de Capital		10.000	10.001	1.304
Caixa gerado nas atividades de financiamentos		**10.000**	**10.001**	**1.304**
Geração (ou aplicação) de caixa e equivalentes de caixa no período		**(6.393)**	**2.048**	**(4.077)**
Caixa e equivalente de caixa no inicio do período	4 / 5	17.065	8.624	12.701
Caixa e equivalente de caixa no final do período	4 / 5	10.672	10.672	8.624
Geração (ou aplicação) de caixa e equivalentes de caixa no período		**(6.393)**	**2.048**	**(4.077)**

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Findas em 31 de dezembro 2022 e 2021 | (Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A. ("FOMENTO TOCANTINS"),** pessoa jurídica de direito privado, é uma Sociedade Anônima de Economia Mista, de capital fechado, regida pela Lei das Sociedades por Ações, Lei nº 6.404/1976 e suas alterações, integrante da administração pública indireta do estado de Tocantins, constituída com base na Lei Estadual nº 1.298/2002. É uma instituição financeira subordinada à supervisão e fiscalização do Banco Central do Brasil – Bacen, e sua legislação e regulamentação são submetidas ao disposto na Lei nº 4.595/1964, relativas ao Sistema Financeiro Nacional.

A **FOMENTO TOCANTINS** tem por objetivo apoiar programas e projetos de desenvolvimento econômico e social do referido estado, mediante operações de empréstimo, financiamento e prestação de garantia, com recursos próprios e/ou de terceiros, bem como, a realização de quaisquer outras operações ou atividades típicas da Agência.

Guerra da Ucrânia
A invasão da Ucrânia pela Rússia, na última semana do mês de fevereiro de 2022, causou forte reação nos preços dos ativos globais, causando impacto nas economias mundiais e efeitos inflacionários advindos de um choque de commodities.

Como a Rússia é a grande fornecedora de petróleo e gás natural para a União Europeia, sanções sobre as exportações da Rússia elevaram o preço do petróleo e gás natural. A elevação dos preços agrícolas, como o trigo e o milho, também pressionou os insumos agrícolas nos mercados, e de alguma forma causou desaceleração das economias mundiais e alta da inflação.

Em função do conflito, o mercado europeu é o mais prejudicado e, diante da importância dos russos na produção de gás e petróleo, os efeitos tendem a ser mais inflacionários. A Companhia está monitorando atentamente as repercussões desse conflito e seus impactos na economia mundial e brasileira, e no mercado em que atua.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil – Bacen, observadas ainda a nomenclatura e classificação padronizada pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), porém nem todas foram homologadas pelo Banco Central do Brasil. Sendo assim, estão observados nas demonstrações financeiras da Agência os seguintes pronunciamentos aprovados pelo referido regulador e o Conselho Monetário Nacional – CMN: CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis; CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 04 (R1) - Ativo Intangível; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) – Pagamentos Baseados e Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Evento Subsequente, CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes CPC 27 - Ativo Imobilizado e CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, CPC 41 – Resultado por ação e CPC 46 – Mensuração do Valor Justo - Os demais pronunciamentos técnicos não citados, enquanto não recepcionados por ato específicos do Conselho Monetário Nacional e do Bacen, não podem ser aplicados.

Atualmente não é possível estimar quando o Bacen irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização deles será de maneira prospectiva ou retrospectiva trará efeitos às demonstrações financeiras dessa Companhia. Com isso ainda não é possível quantificar os impactos contábeis da utilização desses pronunciamentos nas demonstrações contábeis da Agência.

A autorização para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras da Agência, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi dada pela diretoria executiva em 01 de março de 2023.

3. Principais Práticas Contábeis

Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações financeiras, ressaltamos:

a) Caixa e Equivalentes de Caixa
Caixa e equivalente de caixa corresponde aos saldos de disponibilidades e de títulos e valores mobiliários considerados como equivalentes de caixa, que são utilizados para atendimento dos compromissos imediatos.

b) Títulos e Valores Mobiliários
São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, os quais são reconhecidos no resultado do exercício. Os títulos de aplicação em fundo de investimentos são para negociação imediata e as LFT – Letra Financeira do Tesouro são mantidas até o vencimento, objetivando resguardar o efeito da variação do valor de mercado.

c) Operações de Crédito
As operações de crédito são classificadas de acordo com as normas do Bacen quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/1999 do Bacen, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H", se inadimplentes, permanecem nessa classificação por até seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de créditos que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

A provisão para risco de crédito, considerada suficiente pela administração, atende aos critérios estabelecidos pelo Bacen, por meio da Resolução nº 2.682/1999.

d) Instrumentos Financeiros
A Agência não opera com instrumentos financeiros derivativos.

e) Ativo Imobilizado e Intangível
O ativo imobilizado está registrado ao custo de aquisição líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil estimada dos bens considerando as taxas mínimas anuais definidas pelo Bacen e divulgadas a seguir:

- 10% para instalações, móveis e equipamentos de uso, sistema de comunicação e de segurança; e
- 20% para sistema de processamento de dados e de transporte.

Os valores registrados no intangível referem-se aos gastos com a implantação de sistemas e são amortizados levando em conta o vencimento final dos contratos.

f) Demais Ativos e Passivos
São demonstrados pelo custo, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias incorridas. A classificação em circulante e não circulante, obedece ao Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

g) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
A Agência adota a sistemática de apuração do imposto de renda pelo lucro real utilizando alíquota determinada de 15% e adicional de 10%. A parcela correspondente à contribuição social foi calculada à alíquota de 20% sobre o lucro real, na forma da legislação vigente.

h) PIS/PASEP e a COFINS
As contribuições para o PIS/PASEP e a COFINS foram calculadas à alíquota de 0,65% e 4%, respectivamente, e são apuradas pelo regime cumulativo. Com a publicação da Lei nº 12.715/2012 as agências de fomento, opcionalmente, passaram a ter o mesmo tratamento tributário dos Bancos de Desenvolvimento.

i) Passivos Contingentes
São avaliados e reconhecidos com base em parecer da assessoria jurídica, sobre prováveis riscos de perdas de uma ação judicial ou administrativa. São constituídas provisões de 100% para processos classificados como perda provável, cujo valor de perda possa ser determinado ou estimado, para os processos classificados como de perda possível onde não requer a provisão, é realizada a divulgação em notas explicativas e para processos classificados com perda remota não são efetuadas provisões ou divulgações.

j) Apresentação do Resultado
O regime de apuração do resultado é o de competência, que estabelece que receitas e despesas devem ser apropriadas nos períodos em que ocorrerem, independente do recebimento ou pagamento, respectivamente, e em consonância com o disposto no COSIF e nas Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas as instituições financeiras.

4. Disponibilidade - Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e equivalentes de caixa estava assim composto:

	31/12/2022	31/12/2021
Contas Correntes - Banco do Brasil	-	22
Títulos e Valores Mobiliários (nota explicativa nº 5)	10.672	8.602
TOTAL	**10.672**	**8.624**

5. Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários estava assim composta:

Categoria	Prazos	31/12/2022 Saldo	31/12/2022 Receitas	31/12/2021 Saldo	31/12/2021 Receitas
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	01/03/2023	3.408	589	1.325	20
Fundo Invest. Renda Fixa	Sem vencimento	7.264	997	7.277	335
Total Circulante		**10.672**	**1.586**	**8.602**	**355**
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	01/09/2024	10.540	476	-	-
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	01/03/2023	-	-	4.268	227
Total Não Circulante		**10.540**	**476**	**4.268**	**227**
TOTAL		**21.212**	**2.062**	**12.870**	**582**

Os valores de R$ 3.408 mil e R$ 10.540 mil registrados em Letras Financeiras do Tesouro correspondem, respectivamente, a 270 títulos com vencimento em 01 de março de 2023, e a 835 títulos com vencimento em 01 de setembro de 2024. Os referidos títulos são remunerados pela taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados pela SELIC para títulos públicos federais, com resgate do principal em parcela única, na data do vencimento ou antecipado.

A aplicação de R$ 7.264 mil se refere a cotas de fundos de investimento de renda fixa, e obteve uma rentabilidade no exercício de 2022 de cerca de 11,82% correspondente a aproximadamente 95% do CDI.

Em 31 de dezembro de 2022, a Agência não possuía operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

6. Operações de Crédito

As operações de crédito estão classificadas de acordo com os riscos apresentados em relação ao tomador e seus garantidores, levando-se em conta situações de renda/faturamento, patrimônio e demais informações cadastrais, conforme Resolução nº 2.682/1999 do Bacen.

As rendas foram registradas pelo valor futuro, retificadas pela conta "rendas a apropriar", calculadas pró-rata dia. As principais informações relacionadas às operações de crédito estão demonstradas a seguir:

a) Composição por atividade econômica

Setor Privado	31/12/2022 Até 360	31/12/2022 Acima 360	31/12/2022 Total	31/12/2021 Até 360	31/12/2021 Acima 360	31/12/2021 Total
Comércio/Serviços	3.009	3.136	6.145	2.544	2.674	5.218
Microcrédito	5.192	2.883	8.075	4.524	3.935	8.459
Turismo	1.384	2.611	3.995	1.017	3.765	4.782
Indústria	65	64	129	11	15	26
TOTAL	**9.650**	**8.694**	**18.344**	**8.096**	**10.389**	**18.485**

b) Composição por nível de risco e faixa de vencimento

Nível de Risco	Faixa de Atraso	31/12/2022 Valor	31/12/2022 %	31/12/2021 Valor	31/12/2021 %
AA	-	2.036	11%	605	3%
A	Até 14 dias	7.353	40%	6.710	36%
B	15 e 30 dias	3.656	20%	4.532	25%
C	31 e 60 dias	1.616	9%	3.058	17%
D	61 e 90 dias	771	4%	787	4%
E	91 e 120 dias	1.091	6%	412	2%
F	121 e 150 dias	347	2%	584	3%
G	151 e 180 dias	354	2%	485	3%
H	Acima de 180 dias	1.120	6%	1.312	7%
TOTAL DA CARTEIRA ATIVA		**18.344**	**100%**	**18.485**	**100%**

c) Composição vincendas e vencidas

Classificação - Nível de Risco	31/12/2022 Vincendas	31/12/2022 Vencidas	31/12/2022 Total	31/12/2021 Vincendas	31/12/2021 Vencidas	31/12/2021 Total
AA	2.036	-	2.036	605	-	605
A	7.353	-	7.353	6.710	-	6.710
B	2.714	942	3.656	3.496	1.036	4.532
C	422	1.194	1.616	1.598	1.460	3.058
D	173	598	771	132	655	787
E	46	1.045	1.091	35	377	412
F	23	324	347	231	353	584
G	75	279	354	22	463	485
H	114	1.006	1.120	34	1.278	1.312
TOTAL	**12.956**	**5.388**	**18.344**	**12.863**	**5.622**	**18.485**

d) Estimativa de perda para crédito de liquidação duvidosa

Classificação - Nível de Risco	Provisão %	31/12/2022 Total das Operações	31/12/2022 Valor da Provisão	31/12/2021 Total das Operações	31/12/2021 Valor da Provisão
AA	0	2.036	-	605	-
A	0,5	7.353	37	6.710	34
B	1	3.656	37	4.532	45
C	3	1.616	48	3.058	92
D	10	771	77	787	79
E	30	1.091	327	412	124
F	50	347	174	584	292
G	70	354	248	485	339
H	100	1.120	1.120	1.312	1.312
TOTAL		**18.344**	**2.068**	**18.485**	**2.317**

e) Movimentação da estimativa de perda para crédito de liquidação duvidosa

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no Início do Período	**2.317**	**1.240**
Constituição da Provisão	1.401	2.043
(-) Créditos Baixados como Prejuízo	(1.160)	(510)
(-) Reversão de Provisão	(490)	(456)
TOTAL	**2.068**	**2.317**

f) Créditos Renegociados

	31/12/2022	31/12/2021
Renegociação	1.293	751

g) Recuperação de crédito baixado como prejuízo em exercícios anteriores

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no Início do Período	**2.863**	**2.658**
Créditos baixados como prejuízo	1.160	510
(-) Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	(257)	(249)
(+ ou -) Descontos	68	(56)
Saldo no Fim do Período	**3.834**	**2.863**

h) Garantias
Como instrumento de mitigação do risco de crédito dos financiamentos concedidos, a Agência aceita de forma isolada ou cumulativamente garantias reais e fidejussórias. Nas operações de créditos com o setor privado são aceitas garantias reais em alienação fiduciária de bens móveis e imóveis.

7. Outros Créditos

Nesse subgrupo são registradas rendas a receber, adiantamentos, ressarcimento a receber, antecipações salariais e provisões de crédito de liquidação duvidosa, tendo como origem ativos financeiros não recebidos.

	31/12/2022	31/12/2021
Rendas a Receber	44	29
Diversos (a)	3.128	2.006
(-) Provisões Outros Créditos (b)	(43)	(3)
TOTAL	**3.129**	**2.032**

(a) O montante de R$ 3.118 se refere a valores a receber da venda de ativos não financeiros mantidos para venda (imóveis).
(b) Se refere a provisão constituída sobre recebíveis das vendas de ativos não financeiros mantidos para venda.

8. Outros Valores e Bens
O subgrupo de outros valores e bens estava assim composto:

	31/12/2022	31/12/2021
Material de Consumo em Estoque	67	56
Ativos Não Financeiros Mantidos p/ Venda	223	2.111
Despesas Antecipadas - Prêmio de Seguro	5	4
TOTAL	**295**	**2.171**

		31/12/2022	31/12/2021
	Ativos não financeiros mantidos p/ venda		
(a)	Prédio comercial ACCVSE 13 AV. LO-03, Palmas-TO	-	2.011
(b)	Apartamento 103 e 403 bloco A - Residencial Santiago Palmas-TO	-	100
(c)	Lote urbano AV. Dudu Biléo, Lote 04 Paraíso do Tocantins-TO	223	-
	TOTAL	**223**	**2.111**

(a) Prédio Comercial, localizado na ACCVSE 13, na Avenida LO-03, loteamento Palmas, em Palmas - TO, com área de 687,20 m2; e um lote de terras para construção urbana de número HM 1.2 E, na Qd ARSE 33, conjunto lotes HM, Av. LO-07, loteamento Palmas, em Palmas - TO, com área total de 1.798,383 m2, recebidos a título de dação de pagamento de dívidas, e que foram alineados em 29 de novembro de 2022, registro R17.1634 finalizado, em 14 de janeiro de 2023, e em 05 de fevereiro de 2022, R16-93.055 finalizado em 06 de maio de 2022, respectivamente. O prédio comercial foi vendido com sinal de pagamento em novembro de 2022, a título de formalização de intenção da operação, no valor de R$ 500 mil e o saldo devedor dividido em parcelas anuais, corrigidas de forma anual pela taxa SELIC.

(b) apartamento de construção urbana residencial 103, bloco A, do condomínio Residencial Santiago, na Alameda 21, lote 08, conjunto HM-02, da Quadra ARSO 102, do loteamento Palmas, em Palmas - TO, com área privativa total de 60.73m²; e outro apartamento de construção urbana residencial 403, bloco A, também no condomínio Residencial Santiago, e com área privativa total de 60.73m², ambos recebidos a título de dação de pagamento de dívidas; sendo aquele imóvel alienado em 07 de dezembro de 2022, e registro R10-117.652 finalizado em 20 de dezembro de 2022. O apartamento 403, bloco A, foi vendido com sinal de pagamento em dezembro de 2022, a título de formalização de intenção da operação, no valor de R$ 20 mil, e o devedor dividido em parcelas mensais, corrigidas de forma anual pela taxa SELIC.

(c) Um lote urbano localizado na Quadra Comercial 05, Parque Industrial Nova Esperança, na Cidade de Paraíso Tocantins – TO, com área de 1.200 m2, recebidos a título de dação de pagamento de dívida.

9. Imobilizado
O quadro a seguir demonstra a movimentação do imobilizado e as respectivas depreciações:

RSR COMUNICACAO TOCANTINS LTDA:28971575000170

Assinado de forma digital por RSR COMUNICACAO TOCANTINS LTDA:28971575000170
Dados: 2023.06.19 17:38:30 -03'00'

	31.12.2022	Adições	Baixas	31.12.2021
Imobilizado Uso				
Instalações	350	-	-	350
Móveis e Equipamentos	1.149	69	-	1.080
Veículos	209	-	-	209
Sub-Total	**1.708**	**69**	**-**	**1.639**
Depreciações Acumuladas				
(-) Instalações	(259)	(35)	-	(224)
(-) Móveis e Equipamentos	(959)	(73)	-	(886)
(-) Veículos	(209)	-	-	(209)
Sub-Total	**(1.427)**	**(108)**	**-**	**(1.319)**
TOTAL	**281**	**(39)**	**-**	**320**

Os bens do imobilizado são analisados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, utilizando indicadores internos e externos que interfiram na recuperação desses ativos, e com base em eventos ou alterações significativas, que indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Em 31 de dezembro de 2022, a Agência entende que as premissas conhecidas não apontaram a necessidade de ajuste contábil de *impairment.*

10. Obrigações para Repasse no País – Instituições Oficiais

A Agência firmou contrato de credenciamento com o Ministério do Turismo no valor de R$ 10.634 mil (contrato nº 001/2019, Processos nºs 72031.002395/2019-47 e 72031.013504/2019-51), como objeto a prestação de serviços, na intermediação das operações de financiamentos para empresas do segmento de turismo, devidamente cadastradas no Cadastro de Prestadores de Serviços Turismo do MTur – Cadastur.

Os recursos do FUNGETUR disponibilizados enquanto não desembolsados aos mutuários, bem como as parcelas referentes às amortizações dos financiamentos enquanto não repassadas ao FUNGETUR, serão remunerados, *pro rata die*, pela taxa SELIC.

A partir do desembolso dos financiamentos aos mutuários, até as datas estipuladas para as amortizações desses financiamentos, incidirá atualização monetária, pro rata die, com base na variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC ou por outro que legalmente venha a substituí-lo. O valor é devido ao FUNGETUR pelos mutuários, sendo recolhido pela Agência.

FUNGETUR	31/12/2022	31/12/2021
Curto Prazo	1.546	1.091
Longo Prazo	7.828	9.196
TOTAL	**9.374**	**10.287**

O montante contratual descrito no *caput* foi disponibilizado nos dia 09 de abril de 2020 (R$ 5.317 mil) e 21 de setembro 2020 (R$ 5.317 mil), e ocorreram negociações de financiamentos junto a mutuários, e que até 31 de dezembro de 2022, somaram cerca de R$ 3.994 mil, conforme quadro a seguir:

Recurso - FUNGETUR	31/12/2022			31/12/2021		
	Até 360	Acima de 360	Total	Até 360	Acima de 360	Total
Fungetur Aquisição de Bens e Giro	146	262	408	76	406	482
Fungetur Capital de Giro	1.159	1.360	2.519	935	2.306	3.241
Fungetur Obras Civis	78	989	1.067	1	1.053	1.054
TOTAL	**1.383**	**2.611**	**3.994**	**1.012**	**3.765**	**4.777**

11. Outras Obrigações

Composta por tributos, encargos trabalhistas, obrigações trabalhistas, obrigações com terceiros por serviços tomados, passivos contingentes e outras obrigações.

	31/12/2022	31/12/2021
COBRANÇA E ARRECADAÇÃO		
IOF-Op. Crédito	3	1
SUB-TOTAL	**3**	**1**
FISCAIS PREVIDENCIÁRIAS		
Imp. Contrib S/ Serv Terceiros	10	37
Imp. Contrib S/ Salários	154	128
Outros Imp. Contribuições	30	24
SUB-TOTAL	**194**	**189**
DIVERSAS		
Despesas Pessoal	173	262
Outras Despesas Administrativas	88	82
Prov. Passivos Contingências	58	46
Credores Diversos-País	55	670
SUB-TOTAL	**374**	**1.060**
TOTAL	**571**	**1.250**

As declarações de rendimentos, outros impostos e contribuições sociais estão sujeitos à revisão e eventual lançamento adicional por parte das autoridades tributárias. Entretanto, não existe auto de infração contra a Agência, nem indicações de contingências relacionadas com quaisquer tributos.

12. Contingências Passivas

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com o Pronunciamento CPC 25 – Provisões, Passivo Contingentes e Ativos Contingentes.

As provisões passivas se apresentam conforme quadro a seguir, mas em função da baixa materialidade, a época não foi reconhecida contabilmente:

Contingência Passiva	Data de Protocolo	Posicionamento	Valor Estimado	
			31/12/2022	31/12/2021
Contingência Civil (ação de indenização)	11/10/2012	PROVÁVEL	-	9
Contingência Civil (embargos à execução)	14/03/2014	PROVÁVEL / Julgado procedente em parte.	-	32
Contingência Trabalhista (reclamação trabalhista)	05/07/2017	PROVÁVEL / Julgado procedente em parte.	-	5
Contingência Civil (embargos à execução)	22/09/2017	PROVÁVEL	39	-
Contingência Civil (embargos à execução)	07/07/2017	PROVÁVEL	17	-
Contingência Civil (busca e apreenção)	22/02/2021	PROVÁVEL / Julgado procedente em parte.	2	-
TOTAL			**58**	**46**

13. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2022 é de R$ 51.471 mil e integralizado é de R$ 51.301 mil, dividido em 6.000 mil ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

O capital social da Agência apresentava a seguinte composição em 31 de dezembro de 2022:

(Em reais)

ACIONISTAS	TIPOS DE AÇÕES	PARTICIPAÇÃO (%)	NÚMERO DE AÇÕES	VALOR DAS AÇÕES	CAPITAL INTEGRALIZADO	CAPITAL A INTEGRALIZAR
GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS	O.N.	99,4	5.964.000	51.162.189	51.162.189	-
SINDUSCON	O.N.	0,1	6.000	51.471	29.841	21.630
FIETO	O.N.	0,1	6.000	51.471	28.533	22.938
FAET	O.N.	0,1	6.000	51.471	28.131	23.340
FECOMÉRCIO	O.N.	0,1	6.000	51.471	29.841	21.630
FACIET	O.N.	0,1	6.000	51.471	12.701	38.770
SICON	O.N.	0,1	6.000	51.471	9.683	41.788
TOTAL		**100**	**6.000.000**	**51.471.015**	**51.300.919**	**170.096**

O capital social da Agência apresentava a seguinte composição em 31 de dezembro de 2021:

(Em reais)

ACIONISTAS	TIPOS DE AÇÕES	PARTICIPAÇÃO (%)	NÚMERO DE AÇÕES	VALOR DAS AÇÕES	CAPITAL INTEGRALIZADO	CAPITAL A INTEGRALIZAR
GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS	O.N.	99,4	5.964.000	41.162.189	41.162.189	-
SINDUSCON	O.N.	0,1	6.000	41.411	29.841	11.569
FIETO	O.N.	0,1	6.000	41.411	28.533	12.877
FAET	O.N.	0,1	6.000	41.411	28.131	13.280
FECOMÉRCIO	O.N.	0,1	6.000	41.411	29.841	11.569
FACIET	O.N.	0,1	6.000	41.411	11.393	30.018
SICON	O.N.	0,1	6.000	41.411	9.683	31.728
TOTAL		**100**	**6.000.000**	**41.410.655**	**41.299.611**	**111.041**

b) Prejuízos Acumulados

Em 31 de dezembro de 2022 a Agência apresentava o seguinte prejuízo acumulado:

	31/12/2022	31/12/2021
RESULTADO ACUMULADO		
Resultado de Exercícios Anteriores	(19.397)	(16.307)
Resultado do Período	(806)	(3.090)
TOTAL	**(20.203)**	**(19.397)**

A Agência vem apresentando prejuízo nos últimos exercícios sociais, diminuindo o patrimônio líquido e fazendo surgir a necessidade de aportes de capital social, de forma a atender os indicadores e índices exigidos das instituições financeiras, pelos normativos do Bacen e do CMN.

14. Receita de Intermediação Financeira

A Agência obteve receitas operacionais de intermediação financeira, conforme quadro a seguir:

	2022		2021
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Operações de Crédito	1.621	3.105	2.309
Operações com Títulos e Valores Mobiliários	1.367	2.062	581
TOTAL	**2.988**	**5.167**	**2.890**

Essas receitas apresentavam a seguinte composição:

	2022		2021
	2º Semestre	Exercício	Exercício
OPERAÇÕES CRÉDITO	**1.621**	**3.105**	**2.309**
Rendas Empréstimos	1.446	2.740	2.052
Rendas Financiamentos	175	365	257
OPERAÇÕES COM TIT. VAL. MOBILIÁRIOS	**1.367**	**2.062**	**581**
Rendas Tit. Renda Fixa	775	1.065	247
Rendas Aplicações Fundos	592	997	334
TOTAL	**2.988**	**5.167**	**2.890**

15. Despesas de Intermediação Financeira

As despesas com intermediação financeira foram:

	2022		2021
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(597)	(1.401)	(2.043)
Reversão da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	415	490	456
Reversão da Provisão para Outros Créditos	-	46	-
Outras Reversões - Contingências Passivas	-	17	-
Provisão para Outros Créditos	(4)	(57)	-
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	150	257	249
Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses	(331)	(617)	(284)
TOTAL	**(367)**	**(1.265)**	**(1.622)**

16. Despesas de Pessoal e Honorários

Composto por honorários ao conselho fiscal, conselho administrativo, ajuda de custo, vale transporte, encargos previdenciários (FGTS e INSS), remuneração dos colaboradores e treinamentos, como segue:

	2022		2021
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Despesas Honorários	(203)	(346)	(321)
Despesas Pessoal - Benefícios	(344)	(632)	(611)
Despesas Pessoal - Encargos	(297)	(545)	(553)
Despesas com Pessoal - Proventos	(699)	(1.353)	(1.404)
Despesas com Pessoal - Treinamento	(8)	(10)	(1)
Despesas com Remuneração - Estagiários	-	(1)	(23)
TOTAL	**(1.551)**	**(2.887)**	**(2.913)**

17. Outras Despesas Administrativas

Esse subgrupo apresentava a seguinte composição:

	2022		2021
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Despesas Agua, Energia Gas	(45)	(86)	(85)
Despesas Aluguéis	(91)	(172)	(149)
Despesas Comunicaçoes	(29)	(60)	(59)
Desp. Manut. Conserv. Bens	(77)	(151)	(153)
Despesas Material	(12)	(24)	(25)
Despesas Processamento Dados	(380)	(745)	(644)
Despesas Promoções Relações Pública	(1)	(1)	(1)
Despesas Propaganda Publicidade	(1)	(1)	-
Despesas Publicações	(28)	(109)	(96)
Despesas Seguro	(4)	(8)	(8)
Despesas Servicos Sist. Financeiro	(87)	(162)	(148)
Despesas Servicos Terceiros	-	-	(2)
Despesas Serv. Vigilancia Segurança	(4)	(8)	(8)
Desp. Serv. Tecnicos Especializados	(10)	(18)	(37)
Despesas Transportes	(39)	(75)	(41)
Despesas Viagens no Pais	(47)	(62)	(56)
Despesas de Amortização	(3)	(7)	(7)
Despesas de Depreciação	(51)	(107)	(122)
Outras Despesas Administrativas	(68)	(116)	(70)
TOTAL	**(977)**	**(1.912)**	**(1.711)**

18. Despesas Tributárias

A composição das despesas tributárias é a seguinte:

	2022		2021
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Despesas Tributárias	(15)	(21)	(12)
Despesas Imposto Sobre Serviços - ISS	(16)	(28)	(32)
Despesas Contribuição ao COFINS	(134)	(231)	(144)
Despesas Contribuição ao PIS/PASEP	(22)	(37)	(24)
TOTAL	**(187)**	**(317)**	**(212)**

19. Patrimônio de Referência (Acordo de Basileia)

Em 31 de dezembro de 2022, o Patrimônio de Referência Exigido mais Risco de Mercado para a Agência, calculado com base em sua estrutura patrimonial e na ponderação de risco de seus ativos, foi de R$ 3.994 mil (em 2021, R$ 5.310 mil). A parcela do patrimônio líquido excedente ao mínimo exigido representa potencial de alavancagem dos ativos, possibilitando a realização de novas operações até o montante de R$ 15.342 mil (em 2021, R$ 10.703 mil), o que propicia intensificar a atuação da Agência como indutora do desenvolvimento no estado.

20. Seguros dos Principais Ativos

A Agência delimita os riscos de sinistros, buscando no mercado coberturas de seguros compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Os seguros mantidos pela companhia estavam assim compostos:

Apólice	Seguradora	Tipo	Contratação	Vigência
1101000069218	Mapfre Seguros	Seguro Predial	31/10/2022	12 meses
0531103028297	Porto Seguro	Seguro Veículos	03/02/2022	12 meses
0531103114622	Porto Seguro	Seguro Veículo	28/06/2022	12 meses

21. Transações com Partes Relacionadas

A Agência tem como seu principal acionista o Governo do Estado do Tocantins e não realizou, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, transações com partes relacionadas.

22. **Recursos Humanos**

O quadro atual de pessoal é composto por 44 funcionários, sendo 30 celetistas contratados por tempo indeterminado sem concurso público, incluindo a Diretoria Executiva, e 14 funcionários cedidos pelo Governo do Estado do Tocantins, acionista majoritário.

23. Fundo de Desenvolvimento Econômico e Sustentável do Estado do Tocantins – FDESTO

O Fundo de Desenvolvimento Econômico e Sustentável do Estado do Tocantins (FDESTO) regido pela Lei Estadual nº 3.665/2020, tem por objetivo de fomentar a economia, com vistas a desenvolver a produção e a comercialização de produtos e serviços, nos setores da indústria, agroindústria, piscicultura e comércio, por meio de financiamento orientado a micro, pequenos e médios empreendimentos, considerados relevantes para o desenvolvimento com sustentabilidade do Estado, com enfoque econômico.

Em 31 de dezembro de 2022, há um saldo registrado em contas de compensação da Agência, no valor de R$ 15.998 mil (em 2021, R$ 4.424 mil), referente ao total dos ativos do FDESTO. A Agência receberá a título de remuneração pela administração do Fundo o percentual de 0,60% a.m. sobre a carteira ativa dos créditos liberados.

24. Gerenciamento de Risco

A Agência adota modelo de gestão integrada de todos os riscos a que está exposta, sendo os mais relevantes os riscos de crédito, operacionais e de mercado.

São apresentados os principais riscos relacionados às atividades da Agência de Fomento, além de detalhar o apetite de riscos em suas atividades e de estratégias de identificação, monitoramento, gestão e mitigação deles.

Ressalta-se que as aplicações financeiras estão registradas em Títulos e Valores Mobiliários que são mantidos em Letras Financeiras do Tesouro (LFT) até o vencimento, e em Cotas de Fundos que foram mantidas em Fundos de Investimentos referenciados por CDI, por isso não estão expostas a risco de mercado.

24.1. Risco de Liquidez

A gestão do risco de liquidez visa garantir que a Agência cumpra com suas obrigações, mesmo em períodos de estresse prolongados, sem prejudicar os negócios, evitando perdas consideráveis, sendo controlada pelo indicador de liquidez da instituição.

A gestão do risco de liquidez ocorre pela determinação de um volume de recursos, composta de ativos líquidos de alta qualidade necessários para honrar com as obrigações em longos cenários de estresse.

Nesse ínterim, são determinados limites para os indicadores de liquidez da Agência, com o propósito de preservar fontes de captações pulverizadas e de baixo custo para manter um nível de caixa adequado as obrigações da Instituição, garantindo a continuidade em situações de estresse.

24.2. Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito é realizada pelo acompanhamento da carteira de crédito e dos indicadores de inadimplência consolidados.

O procedimento de liberação de crédito zela pela qualidade, segurança e liquidez no emprego dos ativos de crédito, com o propósito de manter eficiência e rentabilidade na carteira de crédito, através de controles com alçadas operacionais para liberação de crédito. As renegociações de crédito são submetidas aos mesmos controles de uma concessão inicial.

A Agência busca segurança e qualidade da carteira, através de lastros compatíveis com os riscos assumidos, dado os volumes, períodos e objetivos dos créditos liberados e retendo provisionamento apropriados com níveis de concentração aceitáveis.

24.3. Risco de Mercado

A Agência controla diariamente a expectativa de perdas em função da variação de preços e taxas dos ativos financeiros, uma vez que existe a possibilidade de as operações apresentarem descasamentos de indexadores e prazos.

As métricas controladas têm o objetivo de assegurar a composição apropriada dos portfólios através do mapeamento dos fatores de riscos e do acompanhamento de limites, buscando o desenvolvimento sustentável dos negócios e volatilidade reduzida dos resultados.

24.4. Risco Operacional

Perdas operacionais decorrentes de erros, não conformidades ou procedimentos inapropriados, de sistemas ou colaboradores, ou de eventualidades são reportadas internamente, processadas pela coordenadoria de risco, e um plano de ação mitigatório efetivo é implementado.

A Agência busca minimizar os riscos operacionais relativos à corrupção, fraudes, descumprimentos propositais de questões regulamentares ou legislativas, e, também, minimizar erros humanos ou de processos na execução de negócios e das tarefas de suporte.

24.5. Gerenciamento de Capital

Foi aprovado pelo Conselho de Administração e a Diretoria Executiva a política de gerenciamento de capital, a qual traz a forma de atuação quanto as metas e projeções de capital, a política de distribuição do capital, e as principais fontes de capital da Agência, bem como, sua estrutura, em conformidade com a resolução do CMN e normas complementares.

24.5.1. Define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de:
I - Monitoramento e controle do capital mantido pela instituição;
II - Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita;
III - planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

No gerenciamento de capital a Instituição deve adotar uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Caso a avaliação da necessidade de capital aponte para um valor acima do PRE, a instituição deve manter capital compatível com os resultados das suas avaliações internas.

24.5.2. Objetivos
✓ Garantir o cumprimento legal das normas aqui contempladas;
✓ Constituir as diretrizes e os procedimentos internos a serem adotados pela Agência no gerenciamento de capital;
✓ Estabelecer os procedimentos de monitoramento, avaliação de capital e planejamento de metas de necessidade de capital;
✓ Considerar os objetivos estratégicos da instituição que estão sob a responsabilidade das áreas inseridas no processo de gerenciamento de capital.

24.6. Programa de Testes de Estresse

O Programa de Testes de Estresse é um conjunto coordenado de processos e rotinas, dotados de metodologias, documentação e governança próprias, com o objetivo principal de identificar potenciais vulnerabilidades da instituição em possíveis situações adversas e extremas. Os testes de estresse servem para fins de supervisão, para definir políticas e estratégias apropriadas para atenuar os choques em cenários adversos e peculiares.

Exercem papel essencial para reforçar a governança corporativa, a resistência das instituições, do sistema financeiro e evidência, como benefício, a identificação dos pontos vulneráveis da Instituição. Analisa potenciais efeitos e fatores que sejam adversos ao cenário atual, adotando a análise de sensibilidade para mensurar alterações nos riscos de crédito e de liquidez. O Teste de Estresse é o exercício, com finalidade definida, de avaliação prospectiva dos potenciais impactos de eventos e circunstâncias adversos na Instituição ou em um portfólio específico. Devem ser utilizados como uma ferramenta de Gerenciamento de Riscos e para auxílio nas tomadas de decisões de negócios da Instituição.

24.7. Declaração de Apetite a Risco – RAS

Foi aprovado pelo Conselho de Administração e Diretoria Executiva a Declaração de Apetite aos Riscos. A RAS contém:

• os tipos de riscos e os respectivos níveis que a Instituição está disposta a assumir;
• a capacidade de a Instituição gerenciar riscos de forma efetiva e prudente;
• os objetivos estratégicos da Instituição; e
• as condições de competitividade e o ambiente regulatório em que a instituição atua.

24.8. Risco Socioambiental

A Agência estabelece rotinas e procedimentos para identificar, classificar, avaliar, monitorar, mitigar e controlar o risco socioambiental das atividades e operações realizadas por quaisquer empresas junto a Instituição. Tais rotinas e procedimentos são realizados, considerando os princípios da proporcionalidade e relevância das operações e setores de atuação do cliente, bem como eventuais especificidades.

24.9. Prevenção e Combate às Atividades de Lavagem de Dinheiro e Corrupção

Para garantir o cumprimento dos princípios e objetivos da Agência e, ainda, atendendo ao disposto na Lei nº 9.613/1998 com redação da Lei nº 12.683/2012 e a Circular Bacen nº 3.978/2020, com suas normas complementares, a Agência possui manual de PLD, o qual têm por objetivo estabelecer as diretrizes gerais e os procedimentos internos a serem adotados na Prevenção e Combate às Atividades de Lavagem de Dinheiro e nas práticas de Corrupção, os procedimentos de detecção e análise de indícios de lavagem de dinheiro e a comunicação de ocorrências ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, bem como de estabelece a competência e responsabilidade de cada área no processo de detecção de indícios do crime de lavagem de dinheiro.

24.10. Segurança Cibernética

São considerados riscos de segurança cibernético, riscos que afetam diretamente a confidencialidade das informações corporativas e/ou dos clientes da Agência e/ou que afetam suas operações.

Diante do exposto, o referido risco é um potencial associado à exploração de uma ou mais vulnerabilidades de um recurso (ou conjunto de recursos) ou de processos, por parte de uma ou mais ameaças, com impacto negativo nos recursos afetados, por conseguinte na atividade e negócio da organização.

A avaliação das práticas de segurança é realizada no desenvolvimento de qualquer sistema relevante, tornando o processo de concepção dos sistemas construídos dentro da Agência, mais confiável e com controle de auditoria, atendendo aos requisitos e metodologia interna, assegurando que as informações processadas sejam protegidas.

Palmas, 01 de março de 2023.

DENISE ROCHA DOMINGUES
Diretora-Presidente

JARDEL CRYSTIANO NUNES RIBEIRO
Diretor Administrativo e Financeiro

ANTONIEL PONTES FERNANDES FILHO
Coordenador de Contabilidade e Finanças
CRC TO 003075/O

Convicta
Auditores Independentes s/s.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas, Conselho de Administração e Diretoria da
AGÊNCIA DE FOMENTO E DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A.
Palmas - Tocantins

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A. ("FOMENTO TOCANTINS"),** que compreendem o balanço patrimonial, em **31 de dezembro 2022**, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **FOMENTO TOCANTINS**, em **31 de dezembro 2022**, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à **FOMENTO TOCANTINS**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

(a) Guerra da Ucrânia

Chamamos atenção para a nota explicativa nº 1, quanto ao conflito e desdobramentos, especialmente dos efeitos inflacionários e desaceleração da economia global, decorrentes da invasão da Rússia a Ucrânia, diante da importância dos russos na produção de gás, petróleo e defensivos agrícolas. **A FOMENTO TOCANTINS** continua monitorando as repercussões desse conflito e seus impactos na economia mundial, brasileira e no segmento que atua. Nossa opinião não está ressalvada quanto a esse assunto.

(b) Prejuízos Acumulados

Chamamos à atenção para o fato da **FOMENTO TOCANTINS,** em 31 de dezembro de 2022, conforme nota explicativa nº 13.b, apresentar prejuízos nos últimos exercícios sociais, diminuindo o patrimônio líquido e fazendo surgir a necessidade de aportes de capital social para manutenção das operações, originados do seu acionista majoritário o Governo do Estado do Tocantins. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da **FOMENTO TOCANTINS** é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **FOMENTO TOCANTINS** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a **FOMENTO TOCANTINS** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da **FOMENTO TOCANTINS** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

(a) Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

(b) Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da FOMENTO TOCANTINS.

(c) Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

(d) Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a FOMENTO TOCANTINS a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Maceió/AL, 17 de março de 2023.

C O N V I C T A
Auditores Independentes S/S
CRC/AL nº 196 I CVM nº 7.706 I CNAI-PJ nº 062

Carlos Henrique do Nascimento
Contador
CRC/AL nº 3.376 I CNAI nº 594

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho fiscal da Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A, em reunião realizada no dia 26 de abril de 2023, cumprindo suas atribuições legais e estatutárias, analisou as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31/12/2022, apreciou o Relatório da Administração, as respectivas Notas Explicativas, o parecer dos Auditores Independentes, do Conselho Fiscal e demais documentos referentes ao término do exercício e, assim, diante das peças apresentadas e após a análise de toda a documentação, referente ao período e, ainda, considerando a manifestação contida no Parecer da CONVICTA AUDITORES S/S, registrou sugestões e ressalvas, entendeu que a Prestação de Contas representa, adequadamente, a posição patrimonial e financeira da Instituição e opina, favoravelmente, à aprovação dos referidos documentos. Palmas - TO, 26 de abril de 2023.

BRUNO BARRETO CESARINO
Presidente

JOSE PEDRO DIAS LEITE
Membro

SEBASTIÃO PEREIRA NEUZIN NETO
Membro

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A, em reunião realizada no dia 10 de maio de 2023, cumprindo suas atribuições legais e estatutárias, analisou as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31/12/2022, apreciou o Relatório da Administração, as respectivas Notas Explicativas, o parecer dos Auditores Independentes, do Conselho Fiscal e demais documentos referentes ao término do exercício e, assim, diante das peças apresentadas e após a análise de toda a documentação, referente ao período e, ainda, considerando a manifestação contida no Parecer da CONVICTA AUDITORES S/S, *entendeu que a Prestação de Contas representa, adequadamente, a posição patrimonial e financeira da Instituição e opina, favoravelmente, à aprovação dos referidos documentos. Palmas - TO, 10 de maio de 2023."*

DENISE ROCHA DOMINGUES
Presidente

CLERSON DALVANI REIS
Vice Presidente

DONIZETH APARECIDO SILVA
Membro

ANDERSON LUIZ JUSTINO MARTINS
Membro

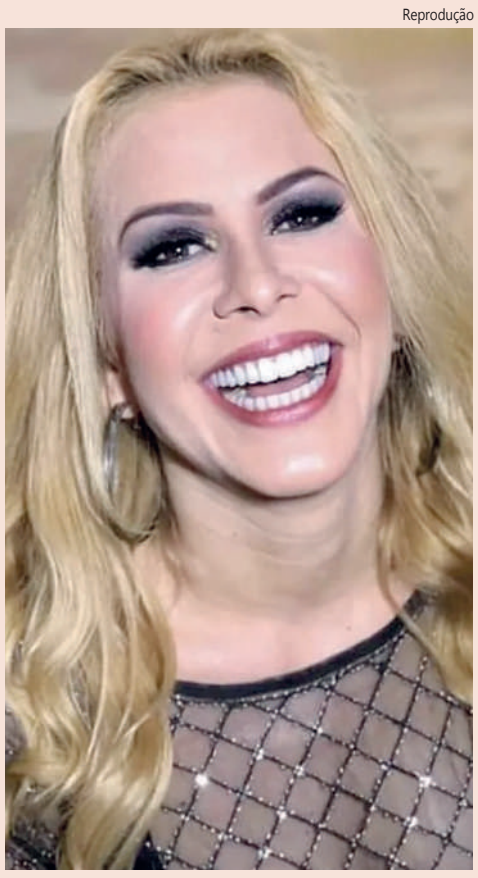
EDSON CABRAL DE OLIVEIRA
Membro

Jaciara Barros

QUEM ACONTECE APARECE AQUI!

jaciara@primeirapagina-to.com.br
jaciara.barros@gmail.com

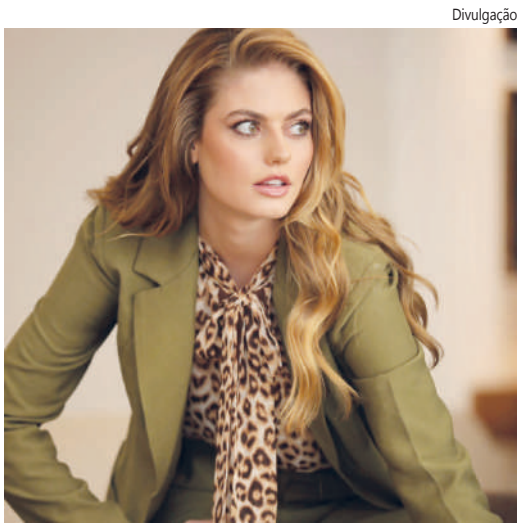
Reprodução



31º Arraiá da Capital: Joelma e os sucessos que encantam!

Prepare-se para se encantar com a magia das tradições juninas! O 31º Arraiá da Capital está chegando, trazendo seis dias de pura festa, cultura e música brasileira no estacionamento do Nilton Santos. E para começar em grande estilo, a incrível Joelma vai incendiar a noite de abertura com seus hits inesquecíveis. Não perca essa experiência única e venha se divertir!

Divulgação



Vitória Guarda Schneider: a nova Miss Universo Tocantins 2023

Vitória Guarda Schneider é a nova Miss Universo Tocantins 2023. Com sua formação em relações internacionais e fluência em três idiomas, ela está pronta para representar o estado no Miss Universo Brasil, em julho, em São Paulo. Com sua beleza e conhecimento global, Vitória promete encantar o país e disputar o título máximo da beleza mundial. Desejamos sucesso nessa jornada de representatividade e conquistas!

Divulgação

Inauguração do Spazio Sabrina Brito: um refúgio para saúde e bem-estar!

No último sábado, 17 de junho, o sonho idealizado por Sabrina Brito se tornou realidade. O Spazio, localizado estrategicamente na 105 Norte, em frente ao Capim Dourado Shopping, abriu suas portas, revelando um ambiente acolhedor, cuidadosamente projetado para promover saúde, bem-estar e sorrisos. Este é o resultado da visão única de Sabrina Brito, uma experiência sem precedentes em Palmas.

Ao lançar seu livro sobre estratégias políticas, Paulo Moura consolida sua influência na área

Paulo Moura, renomado estrategista político, lançou seu livro "Inteligência Política e Estratégias nas Campanhas Eleitorais" em uma memorável noite na Livraria Leitura em Palmas. O evento ocorreu na noite do dia 15 de junho e foi marcado pela presença de comunicadores, políticos e entusiastas da área no Estado, todos ansiosos para absorver as valiosas lições compartilhadas pelo autor. A obra, publicada pela Editora Vozes, promete se tornar referência no campo da inteligência política, orientando futuras campanhas eleitorais com perspicácia e estratégia.

Divulgação

Luciana Gomes: uma conquista histórica no Miss Grand Brasil!

Um feito histórico! Parabéns a Luciana Gomes, do Tocantins, pela conquista do terceiro lugar no prestigiado concurso Miss Grand Brasil. Sua jornada marcante e inédita na etapa nacional é motivo de orgulho para todos os tocantinenses. O evento, realizado no sábado, 11 de junho, em Foz do Iguaçu, Paraná, coroou Adriana Yanca, do Rio de Janeiro, como a deslumbrante Miss Grand Brasil. Celebremos a beleza e o talento de todas as participantes!

FARMÁCIAS BioVida

JUNHO VERMELHO
Saia de casa para fazer o bem.
Doe Sangue, salve vidas!